



# Anais da Assembléia

Nº 47

CURITIBA, TERÇA FEIRA, 15 DE MAIO DE 1979.

ANO V

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

### ATA DA 44ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 1979

#### TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Domício Scaramella.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Ailton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Federmann, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpeolini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Rosário Pitelli, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes, Túlio Zanchet e Trajano Bastos (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

#### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

#### EXPEDIENTE:

Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na ata dos trabalhos da presente sessão, um profundo voto de pesar pelo falecimento da Senhora IZAUARA R. DE MATTOS, ocorrido na cidade de Castro.

Pertencente a uma das mais tradicionais famílias do município, seu passamento provocou profunda consternação na população castrense.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1979.

(a) DÁCIO LEONEL

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja consignado um voto de aplauso ao Secretário da Administração, Vilson Deconto, pelas medidas tendentes a desburocratizar aquela Pasta, preponderantemente eliminando grande parte dos documentos de pré-qualificação às Licitações.

Requer, outrossim, da decisão desta Casa, seja dado conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Governador Ney Braga e ao Secretário da Administração.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1979.

(a) GILBERTO CARVALHO

#### JUSTIFICATIVA:

Vem tendo grande repercussão entre os fornecedores do Estado, as medidas implantadas pelo Secretário da Administração, eliminando na fase de pré-qualificação das Licitações, de um elenco muito grande de documentos, apresentados por parte de todas as firmas.

Quando das Licitações, todas as firmas eram obrigadas a apresentarem mais de dez papéis, de natureza diferentes.

Pela nova sistemática implantada e que se encontra em caráter de experiência, somente após a classificação da firma vencedora é que está obrigada à sua apresentação.

A forma anterior ensejava um grande desperdício em tempo e dinheiro. Pela atual, as firmas se obrigam, no momento em que se inscrevem, a apresentarem tão somente um certificado anterior de qualificação.

A firma adjudicada, em não complementando os demais papéis, serão substituídas pelas colocadas em posição sucessiva, em ordem decrescente.

A medida vem sendo efetivada há cerca de trinta dias, apresentando apreciáveis resultados, obtendo o plauso generalizado de todos quantos estabelecem vínculos de fornecimentos de mercadorias e serviços ao Poder Público Estadual, notadamente às pequenas e médias empresas do nosso Estado.

No dizer do Secretário Vilson Deconto, trata-se da primeira de uma série de medidas, visando eliminar a excessiva burocracia dos órgãos públicos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a inserção na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de congratulações ao COLÉGIO BOM JESUS, pela passagem no último dia 11 do corrente, 83.º aniversário daquele estabelecimento de Ensino, que brevemente inaugurará, no Município de Campo Largo, um dos mais modernos complexos escolares do Brasil.

Requer, outrossim, aprovado o presente, seja dado ciência da decisão da Casa, à direção do estabelecimento citado.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1979.

(a) CARLOS ZANLORENZI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos do presente expediente, um voto de congratulações à Direção do Jornal "O Paraná", que se edita na cidade de Cascavel, pelo transcurso, nesta data, do 3.º aniversário de sua fundação.

O importante órgão de nossa imprensa, vem nestes três anos de profícuo trabalho em prol do desenvolvimento da região Oeste de nosso Estado, colaborando através de uma sadia e bem formada equipe de jornalistas, para que cada vez mais o Paraná desponte no cenário nacional, não só através da sua pujança econômica, como também, no setor da comunicação social.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à direção daquele órgão de imprensa.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1979.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado votos de congratulações ao Eng.º OSIRES STENGHEL GUIMARÃES, nomeado Coordenador dos Corredores de Exportação.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1979.

(a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

Todos sabem da importância deste programa de escoamento da produção do Paraná através de transporte rápido e de frete a baixo custo, sua escolha tem a significação de um passo à frente de nosso Estado para a conquista da construção da Ferrovia da Soja, veia importante na ligação das áreas produtoras com o Porto de Paranaguá. Temos absoluta certeza que a presença de OSIRIS STENGHEL GUIMARÃES neste posto será fundamental para que o Paraná seja ouvido na sua luta e no seu apelo em favor da construção desta ferrovia vital para a nossa economia.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a pavimentação das estradas do trajeto que liga o Município de Marechal Cândido Rondon ao Distrito de Novo Três Passos, Município de Nova Santa Rosa e Vila Maripá, pertencente ao Município de Palotina.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1979.

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

Tal reivindicação virá de encontro às inúmeras solicitações feitas pela população das referidas localidades, visto que esta ligação será de grande importância aos três municípios citados, considerando-se principalmente o setor de produtividade de soja, trigo e outros produtos agrícolas. Outrossim, a pavimentação desse trecho irá diminuir sensivelmente as distâncias entre cada um destes municípios.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ao Sr. Ministro da Justiça, aos Srs. Presidentes do Senado Federal e Câmara dos Deputados, bem como aos Srs. Presidentes do MDB e ARENA, manifestação da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no sentido de que, na reforma partidária que vem sendo anunciada, seja previsto o pluripartidarismo sem a obrigatoriedade de extinção dos atuais partidos.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1979.

(a) DENI SCHWARTZ

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja retirado da Ordem do Dia, o Projeto de Lei n.º 87/78, por dez (10) sessões.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1979.

(a) ANTÔNIO FACCI

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviados ofícios ao Excelentíssimo Senhor Governador do

Estado, NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA, ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Recursos Humanos, Engenheiro Civil SEGISMUNDO MORGENSEN, ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança Pública, Cel. HAROLDO FERREIRA DIAS, solicitando e encarecendo a designação de UM MÉDICO LEGISTA, UM PERITO CRIMINAL e UM AUXILIAR DE NECRÓPSIA para a 7.ª Subdivisão Policial, sediada em Umuarama, abrangendo mais de quinze municípios, tendo à frente como Delegado-Chefe, o Dr. Luiz Antônio Michallisen.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1979.

(a) ROMERO FILHO

JUSTIFICATIVA:

É pacífico que o INQUÉRITO POLICIAL constitui uma das modalidades de apuração preliminar das infrações penais. O Inquérito Policial é a peça informativa na qual se baseia o representante do Ministério Público para oferecer a DENÚNCIA, peça esta que caracteriza o PROCESSO: semanticamente PARA DIANTE. Infere-se facilmente daí que, um Inquérito tecnicamente mal elaborado por faltarem em seu bojo elementos comprobatórios, dará ensejo a um PROCESSO falho, eivado de futuras arguições de nulidade. O Inquérito Policial, é elaborado, por sua vez, na Delegacia. A estrutura policial, através seus cartórios, desassistida por isso mesmo, de elementos técnicos necessários, entrava, conseqüentemente, a própria máquina do Poder Judiciário na busca da verdade com a posterior aplicação de justiça. A Comarca de Umuarama conta com uma população ultrapassando a casa dos 185.000 habitantes. A 7.ª Subdivisão Policial ali sediada abrange mais de quinze municípios, além de inúmeros distritos. Os Magistrados titulares das duas Varas Criminais ali existentes se ressentem do apoio técnico-pericial para tramitação tempestiva e conseqüente julgamento de numerosos processos criminais que por ali tramitam. A essência da Justiça está em sua agilização na busca comprobatória e produção de provas e, para isso, aquela 7.ª Subdivisão Policial precisa, urgentemente, ser dotada dos Técnicos e Auxiliar retro mencionados, por ser medida de inteira e lúdima JUSTIÇA!

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviados ofícios ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, S. Ex.ª NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA e ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, Engenheiro Civil NIVALDO ALMEIDA NETO, solicitando informações sobre a VIABILIDADE DA EXTENSÃO DA LINHA FÉRREA, trecho CIANORTE/GUAÍRA, passando por Umuarama.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1979.

(a) ROMERO FILHO

JUSTIFICATIVA:

A presente extensão férrea carreará benefícios da seguinte ordem, para o PARANÁ e, conseqüentemente, para o BRASIL:

a) — uma vez que as regiões supra mencionadas são, essencialmente agrícolas, tal dinamização no sistema ferroviário paranaense, implicará, diretamente, na agilização de escoamento dos produtos e conseqüentes vantagens econômicas na colocação e comercialização dos produtos a serem escoados — VIA FERROVIÁRIA;

b) — com a eclosão da crise do petróleo em todo o globo e bem assim, seus derivados, o implante de tal extensão ferroviária traria uma opção altamente convencional para racionalização, com destaque para o óleo diesel (para as "locomotivas") e gasolina com o conseqüente aproveitamento do já testado e aprovado transporte operacional — SISTEMA RODO-FERROVIÁRIO.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, oficie-se ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes do Estado, sugerindo seja pavimentado o trecho da estrada que liga a rodovia em construção de São Jorge do Ivaí ao Porto Andirá (Rodovia Osvaldo Pacheco de Lacerda) à sede do Distrito de Copacabana do Norte, partindo do local denominado venda Ventura, no Município de São Jorge do Ivaí.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1979.

(a) ANTÔNIO FACCI

## JUSTIFICATIVA:

A distância do trecho de pavimentação asfáltica pretendida é de aproximadamente oito (8) quilômetros. Nada mais oportuno que pretender a ligação asfáltica ligando a sede do Distrito de Copacabana do Norte nesta oportunidade, tendo em vista a presença das máquinas que executam as obras rodoviárias do trecho São Jorge do Ivaí e Porto Andirá. A sede do Distrito de Copacabana do Norte, não poderá ficar isolada de sua própria sede municipal, principalmente levando-se em consideração a estreita ligação comercial existente entre ambas as comunidades, a comercialização da produção agrícola, a presença de grande número de estudantes de primeiro e segundo graus, residentes na sede distrital e que estudam em São Jorge do Ivaí. Urge portanto, que referida pavimentação asfáltica seja realizada, atendendo os reclamos do laborioso povo de Copacabana do Norte.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado ao Senhor Secretário de Estado da Educação, o endosso dos abaixo assinados, subscrito por moradores do Distrito do Imbaú, Município de Telêmaco Borba, através do qual, reivindicou a destinação de um Micro-Ônibus para transporte de seus filhos escolares, até à sede do município.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1979.

(a) JOSÉ TAVARES

## Projetos de Lei:

## PROJETO DE LEI N.º 58/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica criado o Município de Lunardelli, com sede na localidade do mesmo nome, desmembrado do Município de São João do Ivaí e com as divisas do atual Distrito Administrativo de Lunardelli.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1979.

(a) GILBERTO CARVALHO

## JUSTIFICATIVA:

O atual Distrito de Lunardelli, no Município de São João do Ivaí, como comprovam os documentos aqui anexados, reúne condições que excedem, em muito, as exigências mínimas contidas na Lei Complementar n.º 1. Por isso, tenho certeza, que a presente iniciativa terá pleno acolhimento por esta Casa.

## PROJETO DE LEI N.º 59/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica criado o Município de NOVA PRATA, desmembrado do Município de Salto do Lontra, com sede no Distrito do mesmo nome com os seguintes limites e confrontações:

NORTE: com os Municípios de Catanduvas e Capitão

Leônidas Marques, começando na barra do Rio Jaracatiá com o Rio Iguaçu pelo qual desce até a barra do Rio Cotegipe;

OESTE: com os Municípios de Realeza e Santa Isabel D'Oeste, começando na barra do Rio Cotegipe e subindo por este até a barra do Rio Borges;

SUL: com o Município de Salto do Lontra, começando na barra do Rio Borges e subindo por este até a sua nascente, de onde segue pelas linhas de divisa dos lotes 66-A, 67, 70, 71, 72, 77, 75, 76, 60, 66, 104, 78 e 105 da gleba 70-FB e dos lotes 72 e 82 da gleba 69-FB, alcançando a nascente do Rio Louco, por onde desce até alcançar o Rio Jaracatiá.

Os lotes citados pertencerão ao Município de Nova Prata.

LESTE: com o Município de Dois Vizinhos, começando na barra do Rio Louco com o Rio Jaracatiá e descendo por este até a sua barra no Rio Iguaçu, ponto de partida.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1979.

(a) DENI SCHWARTZ

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Antônio Facci. — (Pausa).

Ausente, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Palácios.

O SR. PALÁCIOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Alguns dias atrás, fizemos uso desta tribuna a fim de solicitar ao Sr. Governador do Estado do Paraná para que, através dos canais competentes, envidasse os maiores esforços e, com a maior urgência possível, para que fosse encampada a Companhia Hidrelétrica Parapanema.

E logo após o nosso pronunciamento, recebemos de vários Prefeitos que são atingidos pelo atendimento daquela companhia e também por particulares que fazem uso de energia daquela companhia, viemos recebendo integral e insistentes apoios para a campanha que havíamos aberto. Na reunião da Associação dos Municípios do Norte Pioneiro, por ocasião da eleição da atual Diretoria, fizemos lá um pronunciamento e que tivemos apoio de todos os Srs. Prefeitos presentes.

No entanto, alguns dias após, tivemos contato ocasional com funcionários daquela companhia e que me perguntaram se o negócio era para valer ou não. E havíamos dito a eles que o nosso trabalho estava imbuído das melhores intenções, por quanto já havíamos inclusive mantido contato direto com o Sr. Governador do Estado do Paraná, com o Presidente da COPEL e com outras autoridades ligadas ao assunto que, certamente, aquela companhia seria encampada.

Mas, posteriormente, chegou em minhas mãos relatório de uma das Prefeituras do Norte Pioneiro, que diz que a citada companhia concessionária de um fornecimento de luz e força no Município de Sengés, bem como de toda a região do Norte Pioneiro, prima principalmente em nossa cidade, pelos maus serviços prestados. Como sempre o consumidor é o principal prejudicado. Os pedidos de ligações em residências sofrem demoras acentuadas, isto quando ligadas; pois geralmente surgem, por parte do encarregado do escritório local, muitos empecilhos, sempre em prejuízo do usuário que, mesmo pagando as taxas exigidas pela companhia, ainda tem que pagar quantias muitas vezes exorbitantes que são cobradas pelos seus eletricitistas, empregados da dita cuja CHEP que, na maioria das vezes, não concordam com as instalações pelos eletricitistas particulares, ainda que credenciados pela própria companhia, e exigem que o serviço seja feito por eles, eletricitistas das companhias.

Isto aqui evidencia um dos motivos que nós trazemos

ou voltamos a falar sobre o assunto. Ainda diz que os empregados encarregados dos escritórios, são pessoas pouco dotadas de diplomacia no trato com o povo, ou então, por conveniência talvez da próprio CHEP, sempre procura tratar os usuários com rispidez, esquecendo-se que a companhia necessita do consumidor para vender sua mercadoria.

Além disso, traz aqui outras denúncias ilustradas com fotografias que mostram o desmazelo com a rede de fornecimento.

Volto ao assunto, porque esta manhã recebi uma carta de uma senhora residente numa das cidades do Norte Pioneiro, dizendo que em sua residência existem três pontos de luz e apenas uma televisão e uma geladeira, e não permanecem luzes acesas durante a noite. Mas, que as contas sofrem variações sempre para mais, evidentemente, de uma forma assustadora. E, ainda mais, denuncia a assinante desta carta, "que não dá para se reclamar com o gerente, em virtude deste receber a gente para queixar-se do alto custo da luz, e começa a xingar com palavrões, e diz que a culpa é nossa porque nas eleições não soubemos votar". Isto referindo-se que naquela eleição ela havia votado em um candidato que não era de agrado do gerente da companhia.

E assim temos aqui outras denúncias, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que anexam também "xerox" de contas de luz que mostram que: em 18.12.78, pagou Cr\$ 25,74; em 22.02.79, foi para Cr\$ 309,00; em 16.10.78, Cr\$ 204,00; em 15.09.78, Cr\$ 219,00; em 21.01.79, Cr\$ 568,00; 16.11.78, Cr\$ 176,00; 25.05.79, Cr\$ 309,00. Isto mostra que, parece-me, as leituras não estão sendo efetuadas, e os funcionários, ao seu bel-prazer, procuram, nas contas de luz, atribuir valores que eles assim bem o entendem.

Mas, casos como este, Sr. Presidente, para concluir, são nitidamente encontrados em todos os municípios atendidos pela CHEP, e devo continuar nesta campanha...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa lamenta informar ao Sr. Deputado que Vossa Excelência tem um minuto para concluir o seu pronunciamento.

O SR. PALÁCIOS — ...e devo dizer em resposta àqueles funcionários da companhia, que não acreditam no trabalho que hoje ainda em audiência com o Sr. Governador, ele me afirmou que o Governo está altamente empenhado, e com a menor brevidade possível, essa companhia será encampada.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bernardi, terceiro orador inscrito.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Traz-me a esta tribuna um assunto que reputo de maior importância.

Diante da propalada política que se pretende implantar neste Brasil, colocamo-nos diante de uma situação de fato, em que a abertura preconizada, apregoada e proclamada aos quatro ventos, até agora, está no plano das intenções, não passando, evidentemente, para a concretização e para o plano prático.

Assim, não podemos entender como se pretenda democracia em um País sem o ato mais sagrado e mais rotineiro de uma democracia que é a consulta ao povo, a consulta às bases, através de eleições livres, diretas, secretas, universais, em que é dada a oportunidade de serem debatidos os grandes problemas nacionais, os grandes problemas estruturais e os problemas que afligem, angustiam e deprimem uma comunidade.

Falar-se em abertura democrática, Srs. Deputados, e "pari passu", assistir-se ao Congresso Nacional aprovar o adiamento das convenções municipais, das convenções regionais e da convenção nacional, por mais seis meses, depois de terem os seus mandatos prorrogados por dois anos; falar-se em abertura democrática e assistir-se ao Congresso Nacional

ser a caixa de ressonância e o ponto de debate da prorrogação dos mandatos de prefeitos e vereadores por mais dois anos; falar-se em abertura democrática e assistir-se a grotesca intervenção que o Ministério do Trabalho faz em sindicatos livres, chegamos à conclusão de que este País está precisando mesmo, Srs. Deputados, é de lingüistas que reescrevam o dicionário português usado aqui neste nosso território.

Porque, o que muda neste País não são os fatos, o que muda não é a estrutura, o que muda apenas e tão somente, é a semântica das palavras, servindo de instrumento para que a autocracia dominante consiga o seu objetivo máximo e principal que é o continuísmo da elite que está no poder há quinze anos.

E esta elite que aí está, que não deseja arrear pé do poder, sabendo que a sociedade civil não suporta mais a exceção, não suporta mais o arbítrio, então acena apenas em termos verbais, com a abertura que, efetivamente não existe.

Daí porque, Sr. Presidente, este Deputado estará apresentando, ainda sábado e domingo, no Seminário de Estudos do Movimento Democrático Brasileiro, uma moção no sentido de que a farsa, a mentira, que os detentores do Poder apregoam aos quatro ventos, pelos organismos e pelos órgãos de comunicação, afirmando que oitenta por cento das bases desejam prorrogação, estaremos apresentando uma moção no sentido de que, efetivamente, as bases municipais deste Paraná, e as bases municipais do Brasil efetivamente se manifestem e mostrem que, o povo brasileiro não suportará a angústia e a tortura de ter esses mandatos prorrogados, por mais dois anos.

Não fosse, Sr. Presidente, entrar no mérito das administrações municipais que aí estão, fazendo, diante da atual estrutura, com que os Prefeitos Municipais sejam síndicos de massas falidas, além disto, não se exercita democracia, a não ser através do exercício do voto, da eleição, da consulta e do debate nacional.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Deni Schwartz, quarto orador inscrito.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Paraná leria com muito medo, o Brasil ficaria atônito se amanhã as manchetes dos jornais aparecessem assim: "Governador do Estado, por ser atleticano, resolve, por decreto, acabar com o Colorado, que está em vias de ser campeão".

Naturalmente, Srs. Deputados, isto não seria possível porque, tanto o Colorado quanto o Atlético são associações livres, com a finalidade esportiva.

Da mesma maneira, Srs. Deputados ARENA e MDB são associações livres, com a finalidade de, como partidos políticos, darem orientação política à sociedade política brasileira.

A respeito do assunto, Srs. Deputados, tenho em mãos a lei dos partidos políticos da Alemanha Ocidental. Na sua introdução, entre outras coisas, diz o seguinte:

"Os partidos políticos que competem entre si, constituem a base política do moderno sistema constitucional parlamentar. Num prazo definido e com responsabilidade com relação ao povo, cumprem as tarefas de direção política e as funções de controle. Como grupos formados, oferecem alternativas para configuração da vida estatal. Através sua função mediadora, o povo intervém como sujeito do domínio político. Os partidos figuram, hoje, entre os fatores mais poderosos em um estado democrático. Sua atuação livre, é parte integrante necessária do ordenamento democrático."

Srs. Deputados, assim como disse o Sr. Deputado Renato Bernardi, fala-se tanto em abertura neste País, mas se fala em prorrogação de mandato, descaradamente, dos mandatos dos Srs. Prefeitos, e, descaradamente, se prorrogam os mandatos dos homens que constituem os Diretórios dos dois Partidos, neste País. E, mais descaradamente, vem o "biônico" do Paraná, na televisão, e diz: "já está praticamente assentado o fim

dos dois partidos políticos. "É mais descaradamente vem o Presidente da ARENA e diz, ontem, pela televisão: "Provavelmente os dois partidos serão extintos".

O dele pode ser extinto. O meu, não! Porque, ele não tem nada a ver com o meu partido!

Só poderemos ter o MDB extinto, Srs. Deputados, no momento em que o MDB se constituir em uma associação ilegítima e ilegal. E, ele não o é. Até agora, tem um Estatuto, e o está cumprindo. Somos pelo pluripartidarismo. Acharmos que a imposição de dois partidos, uma imposição de cima para baixo, realmente não foi uma boa idéia, mas, somos daqueles que acreditamos que democracia se faz com partidos políticos e se faz com partidos políticos que, como o vinho, só vão melhorando, com o tempo.

Assim é que, em 1966, quando pela primeira vez neste País realmente estávamos constituindo alguns partidos políticos, a UDN, o PSD, o PTB, o PDC, veio um ato de cima, e os acabou. Agora que nós estamos realmente, tanto a ARENA quanto o MDB, nos constituindo, com todos os problemas internos que temos, em partidos políticos, vêm aí os cidadãos arautos do casuísmo, a afirmarem: "os partidos serão extintos!"

Com que instrumento será extinto o MDB ou a ARENA? Não se tem mais, que se saiba, o Ato Institucional n.º 5. A menos que, se faça o Ato Institucional n.º 6, porque, só através de uma medida de força se poderá acabar com o partido político. Ou existirá isto na Constituição, ou então o Congresso vai se reunir e a maioria da ARENA vai dizer: — "não pode mais haver o MDB"; assim como a maioria de torcedores do Atlético, pudesse dizer:— não pode mais haver o Colorado porque está perturbando a nossa ida para o primeiro lugar do campeonato.

Esta é a observação que os Srs. Políticos têm de fazer e é parcialmente uma resposta ao Deputado Gilberto Carvalho, que ontem fez perguntas da tribuna, quando disse: — Para que coincidência? Fez certas perguntas.

É o momento desta Casa se manifestar também. E é por isso, Srs. Deputados, que nesta tarde, apresento o seguinte requerimento: "Requer seja enviado ao Sr. Ministro da Justiça, aos Srs. Presidentes do Senado e Câmara dos Deputados, bem como aos Srs. Presidente do MDB e da ARENA. Manifestação da Assembléia Legislativa do Paraná, favorável ao pluripartidarismo, com a manutenção dos atuais partidos."

Aquele partido que quiser se autodissolver, está dentro dos seus Estatutos tal fato; não poderemos é ser dissolvidos por decretos, por leis ou por qualquer coisa que seja e que transpire qualquer sentido de casuísmo.

E faço o apelo aos Srs. Deputados da ARENA, para que aprovelem isso; para que possamos começar a responder perguntas como as que foram feitas ontem pelo Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

Obrigado, Sr. Presidente — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Tércio Albuquerque, quinto orador inscrito.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A semana passada comparecia a esta tribuna o Sr. Deputado Fuad Nacli, que em nome de diversos Parlamentares do meu partido, da Aliança Renovadora Nacional, pedia e solicitava através de telex e de sua palavra em nosso nome, as eleições diretas para a Área de Segurança Nacional, e Faixa de Fronteira.

E nós viajamos para o interior de nosso Estado, exatamente para a Área de Faixa de Segurança, onde representamos neste Poder Legislativo. Tão grande foi a nossa surpresa; a população, através de seus legítimos líderes, de seus diretórios municipais; quer seja do meu partido como do partido da Oposição, já encontram-se entusiasmados, visitando as bases,

as lideranças distritais, a todos os líderes comunitários, para já indicar uma lista de possíveis candidatos.

E nós, nos animamos, porque a realização de eleições em Área de Segurança Nacional, significa o início do exercício da democracia, através do voto.

Exatamente nós que participamos do Partido da ARENA, partido do Governo, queremos testar a liderança dos nossos companheiros; queremos testar o trabalho que o Governo tem feito, tem realizado em benefício do interior do nosso Estado. E especialmente da Área de Segurança Nacional. E eu defendo e continuo defendendo que as eleições se processem ainda este ano, a exemplo das estâncias hidro-minerais, que realizaram suas eleições; e escolheram através do voto livre, os seus Prefeitos Municipais.

E não seríamos nós, Deputado eleito pela Faixa de Fronteira, exatamente onde o povo procura nos escolher, porque não tem há muitos e muitos anos, o direito de escolher o seu Prefeito Municipal e nos elege Deputado, para que venha a esta Casa, aos Federais para que vão ao Congresso Nacional, reivindicar que o Governo libere urgentemente, as eleições da Faixa de Fronteira, para que nós tenhamos realmente prefeitos, homens escolhidos do local, que conheçam a problemática de sua comunidade; para que não levem prefeitos de fora, para administrar uma comunidade que foi construída e constituída pelo povo de sua comunidade.

Não é justo que não haja eleições. Nós pedimos, nós apelamos o apoio dos companheiros Deputados, para que todos nós, unidos, procuremos trazer a volta da democracia, através do voto livre na Área de Segurança e Faixa de Fronteira. Queremos, Sr. Presidente, a participação do povo. Só o povo poderá escolher o seu prefeito, para que depois nós, Deputados, não sejamos obrigados a defender prefeitos que não estão atualizados com as suas comunidades e que há muitos e muitos anos, passam dos limites, que nós somos a favor de uma administração apenas em quatro anos e nós assistimos prefeitos com dez, nove e até mesmo quatorze anos administrando municípios.

Nada temos contra as pessoas dos administradores, mas nós temos que fazer justiça ao povo que quer renovar a sua liderança e acima de tudo, a sua administração. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado David Cheriegate, sexto orador inscrito.

O SR. DAVID CHERIEGATE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Dois assuntos me trazem hoje a esta tribuna. O primeiro é para apresentar a esta Casa, um requerimento de homenagem ao Engenheiro Oziris Stenguel Guimarães, nomeado recentemente como Coordenador dos Corredores de Exportação. Todos sabem da importância desse programa de escoamento da produção do Paraná, através do transporte rápido e do frete a baixo custo.

Sua escolha tem a significação de um passo à frente, de nosso Estado, para a conquista efetiva da construção da Ferrovia do Soja, via importante na ligação das áreas produtoras com o Porto de Paranaguá.

Temos absoluta certeza que a presença desse extraordinário Engenheiro Oziris Stenguel Guimarães, nesse posto será fundamental para que o Paraná seja ouvido na sua luta e no seu apelo em favor da construção desta ferrovia, vital para a economia do nosso Estado.

Outro assunto que considero muito importante de ser registrado desta tribuna, refere-se à assinatura do aditivo de contratação de prestação de serviços especializados que entre si fizeram, na segunda-feira, a Secretaria da Saúde e do Bem Estar Social e a EMOPAR — Empresa de Obras Públicas do Paraná, para continuação da construção do nosso Hospital

Regional de Cascavel, obra considerada de grande importância para todo o oeste do Estado, principalmente porque constituir-se-á no hospital destinado ao atendimento de indigentes e que o possibilitará a implantação de um hospital-escola em nossa cidade, abrindo caminho para consolidação da Universidade do Oeste, através da criação da Faculdade de Ciências Médicas do Oeste do nosso Estado.

É importante neste momento, registrar o esforço pioneiro, realizado para a construção desse hospital, do ex-Secretário da Saúde, e hoje, um dos mais prestigiados Deputados Federais do nosso Estado, Dr. Arnaldo Busato, que tanto trabalhou nesses últimos anos para melhorar a saúde do povo paranaense, para minorar o sofrimento dos humildes e para diminuir os índices da mortalidade infantil.

Para o povo de Cascavel, e de toda a nossa região, a determinação do Governador Ney Braga em terminar todas as obras iniciadas no Governo anterior e a disposição do atual Secretário Oscar Alves de colocar o hospital regional como uma de suas principais prioridades, se constitui numa demonstração de preocupação com os nossos problemas, com as nossas aspirações e também com as nossas ambições. O oeste do Paraná agradece pela nossa palavra, como agradeceu ontem, pela palavra do nosso companheiro Renato Bueno. A esses homens de governo que nos ajudando a melhorar a saúde do nosso povo, demonstram o seu patriotismo e o seu amor pelo povo do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao sétimo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem estive, nesta tribuna, o Deputado Romero Filho, abordando o problema da violência com a participação da Polícia Militar do nosso Estado, em nosso interior.

Lamentavelmente, embora seja um assunto que não costumamos tratar, temos que, nesta oportunidade, vir a esta tribuna para discutir sobre um fato ocorrido em Maringá, de lamentáveis consequências.

Dia 1.º de maio, data em que o trabalhador procura fazer seus festejos e principalmente, nos bairros e, neste caso, em Jardim Alvorada e Jardim América de Maringá, foram organizados alguns torneios de futebol. No campo do Novo Jardim América, algumas equipes de futebol amador, se defrontaram; em uma das equipes jogavam dois irmãos gêmeos - Antônio e Angelo Perussi. Participando ativamente dessa partida de futebol, tiveram a infelicidade de defrontarem-se com o irmão de um policial que assistia ao jogo; policial prestando serviço à Polícia Rodoviária, que não estava a serviço, estava, isto sim, à paisana, portanto ilegalmente, andando armado, assistindo a partida de futebol. Terminado o jogo, esse policial de nome Antônio Luiz Macente, interceptou a ambos os irmãos - ao Antônio e ao Angelo - para tirar satisfações sobre um lance mais ríspido ocorrido dentro do campo. Esses, com apenas vinte e um anos de idade, disseram que o que ocorria dentro do campo, nada mais tinha a ver com o que pudesse ocorrer depois da partida. Procuraram, então, esquivar-se da presença desse elemento que, sabidamente, é violento e estava armado. Mas, não adiantou nem mesmo a intervenção de terceiros; e o policial rodoviário, Antônio Luiz Macente, sacando de seu revólver descarregou-o nos irmãos gêmeos - Antônio e Angelo Perussi, ferindo gravemente ao Angelo Perussi que foi para o hospital e permaneceu lá por dez dias.

Mas, o pior aconteceu para o Antônio Perussi que teve uma das balas atingindo sua espinha com lesão na medula, provocando-lhe paralisia definitiva. Todos os que estavam assistindo a partida e ao torneio de futebol, naturalmente procuraram fazer com que aquela cena não prosseguisse. Mas veja bem o que aconteceu, abusando de autoridade que não tinha,

o policial ainda entrou em seu automóvel e não fosse a intervenção imediata dos outros torcedores, arrastando o Antônio que jazia no chão, evaindo-se em sangue, retirando da frente do seu automóvel, este soldado queria ainda massacrá-lo, pisoteando-o com o carro.

Veja Sr. Presidente, Srs. Deputados, cenas como esta que deveria estar esquecida no tempo e no espaço, ainda ocorrem em nosso interior e numa grande cidade do nosso Estado, a Cidade de Maringá.

Para espanto de todos, o soldado não está preso. Ele continua prestando serviço em Engenheiro Beltrão, como se nada tivesse acontecido e conversando com populares, eles ainda dizem: Queira Deus que ele não seja promovido para mudar apenas de lugar. Estivemos no hospital, ao lado dos dois infortunados jovens, dois lavradores que deram desde sua infância muito de si para esta nossa Pátria sem nada receber em troca, e o que recebem, ao invés de receber a proteção da Polícia de nosso Estado, recebem balas.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que apesar de ser um tema que não gosto de abordar, voltarei amanhã a esta tribuna encaminhando um requerimento porque hoje não tive tempo, pedindo providências enérgicas da Secretaria da Segurança Pública. Porque não podemos admitir que apenas um soldado, violento e arbitrário possa manchar a gloriosa corporação. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Encerrada a Hora do Pequeno Expediente.

Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Lázaro Dumont, inscrito.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Gostariamos, na tarde de hoje, de abordar dois assuntos que nós achamos de suma importância e que sem dúvida nenhuma não teria condições de dizer qual dos dois é o prioritário.

Mas infelizmente, pelo tempo que nos é permitido, de apenas trinta minutos, nós não teremos condições de apresentar os dois assuntos, que versariam sobre o problema fundiário brasileiro e a situação do trabalhador rural, no Estado do Paraná, principalmente no que concerne as suas condições sociais e as suas condições de trabalho.

E sem querer que um seja maior do que o outro como problema, nós optamos pelo problema fundiário brasileiro e ao qual, no final, apresentaremos a esta Casa a solicitação de aprovação para um requerimento. E, numa próxima oportunidade, obedecendo a ordem de inscrição, traremos este assunto que envolve hoje aproximadamente um milhão de paranaenses que trabalham na terra nos mais diversos setores. (Lê):

“Convencido da necessidade prioritária de modificação da estrutura agrária, o Governo do ex-Presidente Castelo Branco sancionou a Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964, conhecida por Estatuto da Terra. Na Mensagem n.º 33, que encaminhou a lei para aprovação do Congresso, destacava-se o compromisso assumido pelo Governo brasileiro, juntamente com outras nações americanas, que deveriam procurar, entre outros objetivos a serem atingidos na década, os seguintes:

“Impulsionar programas de reforma agrária integral, encaminhada à efetiva transformação onde for necessária a modificação das estruturas dos injustos sistemas de posse e uso da terra, a fim de substituir o regime de latifúndios e minifúndios por um sistema justo de propriedade, de maneira que, complementada por crédito oportuno e adequado, assistência técnica, comercialização e distribuição dos seus produtos, a terra se constitua, para o homem que a trabalha, em base da sua estabilidade econômica, fundamento do seu crescente bem estar e garantia de sua liberdade e dignidade”.

O advento do Estatuto da Terra, considerado revolucionário no campo das legislações agrárias latino-americanas, representou a primeira tentativa séria de ordem jurídica para a solu-



ção do problema agrário brasileiro. Definiu e diferenciou, claramente, as atividades relativas à Reforma Agrária, das ações referentes à Política de Desenvolvimento Agrícola.

Definiu a Reforma Agrária como "o conjunto de medidas que visem promover a melhor distribuição da propriedade da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade." E concebeu a Política de Desenvolvimento Agrícola como "o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra", abrangendo as atividades que dizem respeito à tributação da terra, à colonização oficial e particular, à assistência técnica, cooperativismo, crédito e seguro agrícola, eletrificação rural etc.

Ao Estatuto da Terra seguiram-se decretos, portarias e instruções reguladoras, ao tempo em que eram criados o IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) e o INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário). O primeiro destinava-se a executar a Reforma Agrária e o segundo a realizar atividades do Desenvolvimento Agrícola.

O IBRA surgiu diretamente vinculado à Presidência da República, com dotação de recursos próprios, em razão da magnitude da tarefa de executar a Reforma Agrária, ou seja, a modificação da estrutura agrária brasileira, como estabeleceu o Estatuto da Terra.

Porém, não tardaram a ocorrer os primeiros desvios na implantação da Reforma Agrária; em 1966 foi constituído o GERAN — Grupo Executivo de Racionalização da Agro-Indústria Canavieira do Nordeste, para uma tentativa regionalizada de solucionar o problema agrário da zona da mata nordestina. Não tendo êxito, foi extinto em 1971, passando suas prerrogativas a SUDENE.

Em 1967 o IBRA desvinculou-se da Presidência da República para subordinar-se ao Ministério da Agricultura como órgão de terceira instância executiva, perdendo, conseqüentemente, a força e o poder de decisão que lhe foram atribuídos, bem como as fontes de recursos da União, e fazendo crescer ainda mais a distância entre a letra fria da lei e a efetiva ação daquele órgão.

Porém, após um longo período de esfriamento, a REFORMA AGRÁRIA viria ganhar nova perspectiva, a partir da realização do II CONGRESSO NACIONAL DE AGROPECUÁRIA, com posterior criação do Grupo Interministerial de Reforma Agrária, e a conseqüência mais importante dos debates que foram travados, a edição do Ato Institucional n.º 9, em 25/04/69.

#### DISPUNHA O REFERIDO ATO:

"... A União poderá promover a desapropriação da propriedade territorial rural, mediante pagamento de justa indenização, fixada segundo os critérios que a lei estabelecer, em títulos especiais da dívida pública, com cláusula de exata correção monetária, resgatáveis, no prazo de vinte anos..."

Tais preceitos foram incorporados à Constituição através do Art. 161, da Emenda n.º 1, de 1.969.

Convém ressaltar ainda que o Decreto-Lei n.º 554, assinado no mesmo dia do Ato n.º 9, deu poderes de emissão imediata da terra desapropriada, ao INCRA, independentemente de qualquer contestação judicial.

Devemos dizer que nos preocupa bastante essa idéia de um desenvolvimento da agricultura em si ou a "prioridade à agricultura", mencionada pelo Presidente da República. A que nos referimos quando falamos dessa "Agricultura": À agricultura de exportação, ou à agricultura voltada para o mercado interno? A quem nos referimos quando falamos de "Agricultura": ao grande fazendeiro ou ao assalariado agrícola? Ao latifundiário ou ao pequeno parceiro ou pequeno arrendatário? Às grandes empresas que estão adquirindo terras com fins especulativos ou aos pequenos proprietários que trabalham

com suas próprias famílias?

A experiência histórica nos ensina que, cada vez, neste País, que se fala de AGRICULTURA ou da LAVOURA, são os interesses dos grandes proprietários ligados à agricultura de exportação que estão em pauta. Desde pelo menos 1.930 que há uma corrente de pensamento que insiste em atribuir os problemas brasileiros à perda de peso da "Agricultura" nas decisões políticas nacionais. Mas onde ficam, nisso tudo, os trabalhadores rurais, que nunca tiveram poder político?

Costumamos ouvir em debates que, se resolverem o problema econômico da Agricultura, o problema social também será resolvido como uma decorrência do primeiro. Isso, na prática, não é verdade. Veja-se o exemplo da indústria urbana. A indústria cresceu, acumulou capitais, gerou riquezas. No entanto, está aí a situação social nas cidades, gravíssima: baixos salários; subemprego; desemprego; rotatividade de mão-de-obra; condições de habitação lamentáveis; delinquências.

É possível que há cinquenta anos atrás, fizesse sentido os governantes falarem da agricultura como um todo. Quatro séculos de submissão inibiam a organização autônoma dos trabalhadores rurais. Hoje, a situação é diferente. Não que os trabalhadores rurais tenham tido seus principais problemas resolvidos.

Mas eles conseguiram, a duras penas, organizarem-se nos seus sindicatos e dispensam que falem em seu lugar. Ora, para os trabalhadores rurais o problema não é apenas a agricultura reaver o prestígio que perdeu ou os capitais que lhe foram drenados pela política de industrialização. Não somos contra que se busque um maior equilíbrio nas relações entre a agricultura e a indústria.

Para nós, entretanto, o problema fundamental é o da redistribuição do bolo dentro do setor agrícola.

Qual a situação da agricultura, hoje?

A principal característica de nossa estrutura agrária continua sendo um elevado índice de concentração da propriedade da terra. Constatamos que, no Brasil, setenta e dois por cento dos imóveis rurais são minifúndios (imóveis, nos termos do Estatuto da Terra, cuja área é insuficiente para garantir a subsistência e o progresso de uma família que ocupam apenas doze por cento da área cadastrada, enquanto que setenta e dois por cento das terras são ocupadas pelos latifúndios (imóveis que possuem uma elevada proporção de terras aproveitáveis mas sem qualquer exploração ou que possuem dimensões considerada excessiva) que constituem vinte e três por cento dos imóveis rurais, sendo que as empresas rurais representam menos de cinco por cento dos imóveis cadastrados, participando com somente dez por cento da área cadastrada.

Se houve alguma tendência de modificação dos índices de concentração da propriedade nos últimos anos, foi, certamente, no sentido do aumento dessa concentração conforme dados publicados pelo IBGE, em sua SINÓPSE Preliminar do Censo Agropecuário de 1975.

Face ao baixo índice de utilização das terras nos latifúndios, os minifúndios, participando com apenas doze por cento da área, transforma-se em reduto obrigatório de cerca de cinquenta por cento da força de trabalho rural.

Porém, apesar disso, são os pequenos proprietários minifundistas, juntamente com os parceiros, arrendatários e posseiros, responsáveis por quarenta por cento do valor da produção agrícola e pecuária, participando com apenas vinte por cento da área total explorada.

Nos imóveis em que a área torna-se insuficiente para assegurar a ocupação da mão-de-obra familiar, advém o subemprego ou a necessidade de assalariamento a fim de complementar a renda familiar e garantir a subsistência. É precisamente nisto que reside o problema do minifúndio, pois, nas condições predominantes, devido à falta de terra no imóvel para ocupação plena da família, e face à inexistência de oportunidades de

trabalho, aumenta o subemprego e o desemprego. Por outro lado, como as grandes propriedades monopolizam e controlam a oferta de terras, a situação dos minifundistas, posseiros, parceiros, arrendatários e assalariados é a mais desfavorável, pois, para conseguirem algum trabalho, devem se submeter a todas as exigências que os grandes proprietários lhes impõem.

O apoio dado à criação de gado e a certas culturas de exportação, que utilizam pouca mão-de-obra, acentuou na última década a tendência, que já vinha de mais tempo, dos grandes proprietários expulsarem seus trabalhadores permanentes e evitarem certas formas de parceria e arrendamento, em proveito da utilização da mão-de-obra volante. Por outro lado, a falta de apoio de que necessita a pequena produção tem feito com que também muitos pequenos proprietários abandonem as terras em que trabalham, procurando as cidades ou deslocando-se para a fronteira agrícola.

O fato é que, entre 1967 e 1972, diminuíram em número absoluto os assalariados permanentes, os parceiros e arrendatários, os posseiros e os pequenos proprietários, ao passo que os assalariados temporários quase duplicaram, passando de três milhões e novecentos mil para seis milhões e oitocentos mil. São os trabalhadores volantes, os "bóias-frias", que se espalham, hoje, por diferentes regiões do País, sem emprego estável, correndo o risco dos acidentes no transporte de casa para o trabalho, sem terem seus direitos reconhecidos.

Com a terra concentrada nas mãos de poucos; com um contingente de trabalhadores sem emprego estável cada vez maior, aumentando a competição no mercado de trabalho; com uma política de contenção salarial a inibir a conquista de certas vantagens numas poucas áreas onde isso seria viável; os assalariados do campo - permanentes e temporários - têm sua remuneração constantemente pressionada para baixo, sendo difícil mesmo atingirem o teto já extremamente precário do salário mínimo legal.

A política agrícola posta em prática pelos últimos governos tem acentuado as tendências concentracionistas de nossa estrutura agrária. O fornecimento de crédito está voltado para as grandes propriedades. Segundo dados do Banco do Brasil, os pequenos agricultores que, em 1966, participaram com trinta e quatro por cento do valor dos créditos agrícolas concedidos, reduziram esta participação para onze por cento do valor dos financiamentos em 1976. No mesmo período, os grandes produtores, cuja participação era de vinte por cento em 1966, tiveram sua participação aumentada para cinquenta e três por cento do valor dos financiamentos agrícolas. Acrescente-se que os financiamentos para a pecuária apresentaram esta mesma tendência.

Quando analisada a distribuição do crédito por produtos, observamos que, em 1976, cinco produtos (café, soja, cana, algodão e trigo) receberam cerca de cinquenta e nove por cento do crédito agrícola, mas contribuíram com cerca de trinta e três por cento do valor bruto da produção. Enquanto que três produtos básicos de subsistência (feijão, mandioca, milho), contribuíram com cerca de trinta por cento do valor bruto da produção e receberam perto de treze por cento do valor do crédito distribuído.

Verificamos que o alcance da assistência técnica é extremamente limitado, pois só atinge dezesseis por cento das propriedades rurais do País. Além disso, está muito mais voltada para as grandes e médias propriedades do que para os pequenos agricultores. O Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, de 1977, previa que naquele ano deveriam ser assistidos, no País, trinta e cinco por cento dos proprietários de alta e média renda e apenas quatro por cento dos produtores de baixa renda.

Além disso..."

**O Sr. Nelson Friedrich** — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) — Nobre Deputado, nesta terça-feira,

depois de um fim de semana no meio rural, sinto-me entusiasmado ao ouvir um ilustre Deputado da bancada situacionista, se debruçar seriamente sobre um dos problemas mais graves que enfrenta o Brasil, ao longo desses anos.

Realmente, ilustre Deputado Lázaro Dumont, o nosso pequeno agricultor, tendo todos os reflexos altamente negativos da estrutura fundiária existente no Brasil, com quatro séculos de latifúndio e de uma política agrícola concentradora, prepotente, privilegiadora e elitistamente falando, das piores que poderia se implantar num País que quer ser iminentemente agrícola, os reflexos sobre o pequeno agricultor são os piores possíveis.

E gostaria de, neste instante e neste aparte, também me congratular pela coragem de Vossa Excelência, porque sei ter, no seu comportamento e na sua atividade, um defensor irrestrito da reforma agrária. Dessa mesma reforma agrária que, antes de 1964, conseguiu ter inimigos violentos neste País.

Essa mesma reforma agrária que se pregava com tanta veemência neste País e que muitos defensores dela estão, hoje ainda, nas masmorras, estão no exílio, ou sofreram as cicatrizes do arbítrio, estes ainda haverão de, historicamente, ser considerados como autênticos brasileiros, preocupados com essa realidade fundiária.

E esse fantasma que havia em torno da reforma agrária, graças a pessoas como Vossa Excelência, mesmo na bancada governista, esse fantasma acaba sendo sepultado. Porque, precisamos clarear as coisas e enfrentar, de uma vez por todas, essa realidade pura. E o exemplo típico é o Paraná, considerado como um dos Estados mais ricos do País, no entanto, tem a renda "per capita" do produtor rural, das piores do Brasil, isso significa que algo muito sério está errado. E está errado na estrutura fundiária deste Estado e, conseqüentemente, de todo o Brasil.

Quero, neste instante, ilustre Deputado, quando Vossa Excelência coloca tão bem a concentração patrimonial violenta, quando coloca tão bem o crédito discricionário que se aplica ao pequeno agricultor rural, quando Vossa Excelência entra num assunto seríssimo como o da tributação, que acaba aviltando o pequeno produtor e privilegiando as grandes propriedades; quando Vossa Excelência posiciona o quadro rural da invasão rural ocasionada por essa estrutura elitista, conservadora, começo a incentivá-lo, ilustre Deputado, para que ingresse num trabalho que pretendemos apresentar nesta Assembléia, na próxima semana, no Grande Expediente, que é que se crie uma frente do Extremo Sul, uma Frente de Parlamentares do Extremo Sul do Brasil, para que alteremos o sistema fundiário brasileiro. Que façamos uma Frente de Parlamentares do Extremo Sul do Brasil para, em todas as tribunas, em todas as horas e em todos os momentos de oportunidade, possamos levar ao Governo, à imprensa e à opinião pública, a necessidade de uma reforma agrária autêntica, humana e socialmente bem colocada.

E nessa frente precisamos ter emedebistas, porque isso está no programa do MDB, e também arenistas da qualidade de Vossa Excelência que tem a coragem de admitir a falência do sistema fundiário brasileiro e a falência da política agrícola governamental.

Congratulo-me com Vossa Excelência, com seu pronunciamento, com sua posição, e gostaria de tê-lo como incentivador dessa Frente do Extremo Sul do País, para que possamos levar ao Brasil inteiro a necessidade urgente de mudar o sistema fundiário brasileiro.

Muito obrigado.

**O SR. LÁZARO DUMONT** — Muito obrigado, nobre Deputado.

(Continua lendo) ... "Além disso, a tecnologia difundida pela assistência técnica é totalmente inadequada às condições e recursos dos pequenos produtores, pois é poupadora de mão-



-de obra, altamente exigente de capital, ao passo que as pequenas propriedades apresentam abundância de mão-de-obra e escassez de capital, e implicam sempre em maiores riscos financeiros para os agricultores.

A Política de Garantia de Preços Mínimos que, na prática, consiste numa forma especial de crédito de comercialização, pouco tem atendido aos pequenos agricultores.

Os preços fixados anualmente têm ficado sempre abaixo dos custos reais de produção e os empréstimos de garantia não são acessíveis aos pequenos agricultores. É interessante notar que, apesar da legislação prever exclusividade da garantia de preços mínimos em favor dos produtores ou de suas cooperativas, tem-se verificado, na prática, uma grande participação de beneficiadores, comerciantes e intermediários como beneficiários diretos dos empréstimos de garantia de preços. Uma avaliação da Política de Garantia de Preços Mínimos, efetuada pela Comissão de Financiamento da Produção, constatou que, durante o período de 1968 a 1975, quarenta e três, seis por cento das aplicações dos recursos totais dos empréstimos de garantia foram destinados a intermediários na comercialização.

Enquanto que nas regiões centro e sul os intermediários participaram com trinta e oito, cinco por cento das aplicações totais dos empréstimos de garantia de preços mínimos, nas regiões norte e nordeste, a participação dos intermediários foi de setenta e dois, um por cento.

A superação de todos os obstáculos que apontamos exige, primeiramente, uma reorientação do desenvolvimento e de toda a Política Agrícola e Agrária, de modo a satisfazer as necessidades básicas e essenciais da maioria da população rural, como também urbana, através de uma estratégia de pleno emprego, distribuição de renda e ampliação do mercado interno.

Defendemos, pois, a REFORMA AGRÁRIA ampla e maciça como a grande medida que transformará o panorama agrário nacional. Sua definição está contida no artigo 2.º, do Estatuto da Terra:

“Conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de Justiça Social e ao aumento de produtividade”.

Reforma Agrária não é a pulverização anti-econômica da terra, mas distribuição de renda, de poder e de direitos. A propriedade familiar-agrícola, de tamanho suficiente para suprir de trabalho a mão-de-obra da família, tem a função social de criar novos empregos.

A propriedade multifamiliar ou cooperativa será alternativa viável para não iracionar a terra, visando formar uma economia de escala gerida e administrada pelos próprios agricultores.

Além de toda a instrumentação legal de que já dispomos para a execução da reforma agrária, é necessário a definição de metas concretas e critérios de aferição do processo, através do número de famílias efetivamente assentadas.

Já contamos com o órgão da reforma agrária - o INCRA.

Vimos, no entanto, que, apesar de estudos, avaliações, mudanças de diretorias e de siglas, vem o INCRA sofrendo contínuos desgastes em seu campo de atuação. Isso decorre de uma maximização de competência “executar a reforma agrária” em confronto com uma minimização de poder decisório (Autarquia do Ministério da Agricultura). Por força de sua própria atribuição, o INCRA deve, a nosso ver, estar ligado diretamente à Presidência da República, o que tomará menos complexo o seu funcionamento e mais forte seu poder de atuação e decisão, com orçamento próprio, a exemplo do que fora na fase da criação do IBRA, em 1965.

Questionamos a política voltada para a “grande empresa rural” através de créditos e incentivos. Esta política não

produz realmente melhorias sociais e apenas está favorecendo o latifúndio, a especulação fundiária, a concentração da terra, a expulsão de posseiros, a marginalização dos trabalhadores etc.

Como complemento à reforma agrária, devemos implementar uma política agrícola compatível com um modelo de distribuição da renda.

O Sr. Gernote Kirinus — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) — Nobre Deputado Lázaro Dumont, quero congratular-me com Vossa Excelência que veio a esta tribuna e que tão corajosamente vem defendendo a tese da reforma agrária, que aliás é uma tese muito antiga, é uma idéia muito antiga, que conseguiu abalar diversos governos, diversos sistemas, e gostaria também de engatar o meu aparte, naquilo que Vossa Excelência faz referências ao órgão executor da reforma agrária. Assistimos com tristeza, nobre Deputado Lázaro Dumont, que o Governo já tinha - logo após 1964, um órgão ligado diretamente à Presidência da República, encarregado da reforma agrária que era o IBRA e paulatinamente à medida em que os objetivos da Revolução de 1964 foram mudados e foram sendo desviados para outros campos, nós vimos a criação do IBRA, INDA, a fusão de IBRA e INDA num INCRA, que hoje já se convencionou chamar “incravado”, porque realmente, de reforma agrária conseguiu muito pouco e desviou os seus objetivos para colonização, e com tristeza registramos nos jornais, há dias passados, de que o INCRA, inclusive, abandonaria o termo - colonização - e passaria a apoiar apenas as colonizações privadas.

Enquanto isso, acontece, quase que semanalmente, no nosso Estado do Paraná, o desejo discriminado de lavradores, posseiros que inclusive ainda trazem - como há pouco esteve em meu gabinete um posseiro que está sofrendo ameaça de despejo lá em Santa Helena - e traz como documento, um cartãozinho do IBRA, com o qual os funcionários da época prometeram que com esse cartãozinho, jamais seria despejado da terra e receberia o seu título, mas coisas essas que ficaram só na promessa.

Realmente, nobre Deputado, tem Vossa Excelência o meu apoio, e conclamo também o apoio de todos os Deputados desta Casa, para que antes que venha de fato a reforma agrária que parece ser morosa e difícil, se decreta, de uma vez por todas, e se proíba o despejo criminoso de agricultores, que acontece diariamente, enquanto nós falamos em reforma agrária, e que a reforma agrária venha, de fato, a partir de uma comissão, como foi dito pelo Deputado Nilton Friedrich, de uma frente do sul, em favor da reforma agrária, porque o que assistimos hoje no Paraná é o latifúndio da morte, a imperar sobre os pequenos agricultores, que são, exatamente, os maiores artífices do progresso deste Estado.

Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. LÁZARO DUMONT — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Antes de apresentar o requerimento que está em nossas mãos, estamos assistindo, com grande atenção, as edições que tentam se emanar, principalmente no que se refere às diretrizes partidárias.

Tenho, na minha mão, o programa do meu partido, Aliança Renovadora Nacional, aprovado no dia 23 de abril de 1972, que tinha como presidente, o ilustre Senador da República, hoje Ministro da Justiça, Petrônio Portella. Programa este realmente extraordinário e que se nosso partido, partido que eu pertencço, se propusesse a aplicar o que está no seu programa partidário, no seu programa de trabalho, desde a sua aprovação, por certo, os nossos - sem demérito nenhum para o Partido da Oposição - mas os nossos dirigentes máximos da cúpula partidária brasileira hoje, não estavam tão preocupados em extinguir os partidos, a trocar simplesmente de sigla, porque o nosso partido teria correspondido com ansiedade

do povo brasileiro, e na sua introdução ele ainda diz o seguinte:

"O Poder político, como expressão livremente realizada da vontade popular, é a síntese de todos os poderes". E, neste assunto que trazemos hoje à Casa, diz o programa do nosso Partido:

"REFORMA AGRÁRIA — A Aliança Renovadora Nacional considera que a reforma agrária deve ser procedida com determinação, sempre que a estrutura fundiária, de par com densidade demográfica e de outros fatores relevantes constituam obstáculos ao desenvolvimento da agropecuária e do bem estar social do meio rural. Nesse sentido, apoia:

- 1) — O desmembramento de latifúndios improdutivos e sua redistribuição a lavradores sem terra.
- 2) — O remembramento de minifúndios e o estímulo às formas cooperativas de organização rural.
- 3) — O fortalecimento das pequenas, médias e grandes empresas rurais, atento às suas responsabilidades sociais.
- 4) — A extensão do crédito à agropecuária e aos agricultores sem terra, mediante o estabelecimento do estatuto de arrendamento e do seguro de crédito.
- 5) — Política de colonização orientada pelo múltiplo objetivo da ocupação produtiva do Centro-Oeste e da Amazônia, da orientação das migrações e do desenvolvimento social e que combinem programas de assentamentos de colonos e pequenos proprietários produtores, com a média e grandes empresas.

E, nestas condições, Sr. Presidente, para encerrar, porque sei que nosso tempo está esgotado. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, sejam encaminhados os inclusos documentos aos Excelentíssimos Senhores General JOÃO BAPTISTA FIGUEIREDO e ANTÔNIO DELFIM NETO, nossos digníssimos Presidente da República e Ministro da Agricultura, reivindicando:

1) — A implantação imediata e efetiva da REFORMA AGRÁRIA no Brasil, como única alternativa para solução dos graves problemas sociais na agricultura;

2) — Que o INCRA passe a ser um órgão diretamente subordinado à Presidência da República, a exemplo do antigo IBRA, do qual se originou.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1979.

JUSTIFICATIVA:

Como justificativa, reforçando a necessidade de alteração das atuais condições da mão-de-obra rural em nosso Estado, anexamos o documento da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná, apresentado na CPI da Desparanização, pelo então Presidente em exercício, Agostinho Bukowski.

Era só, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Encerrada a Hora do Grande Expediente.

Consulto à Liderança da ARENA, se deseja fazer uso da tribuna. — (Pausa).

Consulto à Liderança do MDB. (Pausa). Com a palavra, o Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É com muita honra que venho ocupar este espaço da minha bancada, para trazer aqui um pronunciamento; não um pronunciamento meu, mas um pronunciamento que foi elaborado pelahumilde pessoa de um agricultor, para que eu possa testemunhar de que o homem do campo, o agricultor, por humilde que seja, também pensa e sabe tomar decisões, ou pelo menos, dissertar sobre os problemas que o afligem.

E, Sr. Presidente, Srs. Deputados, foi neste trapo de papel, por não ter condições talvez financeiras para adquirir um papel melhor, que esse agricultor elaborou um discurso que

deveria ser lido por mim aqui da tribuna.

E peço que, após feita a leitura deste discurso, que se transcreva nos Anais desta Casa e se registre o pensamento desse humilde agricultor, que tão bem soube expressar a situação angustiante em que vive a classe. O agricultor hoje esteve aqui visitando a Casa; trata-se do Sr. Aristides Cemin, e ele escreve da seguinte forma:

"Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A grave situação que se encontram nossos irmãos brasileiros que estão sendo presos, espancados e expulsos na Argentina, mais precisamente nas localidades de Caborei, Deslodo, General Manuel Bélgrano, atingindo ainda os povoados de Fabuna, Fracam e São Pedro.

As decepções de cerca de 50.000 brasileiros que sofrem as consequências da falta de uma Refomra Agrária justa, humana e cristã. Esta situação, Sr. Presidente, Srs. Deputados, faz com que este Parlamentar venha com tristeza a esta tribuna para justificar nosso depoimento na CPI do sistema fundiário na Câmara Federal em Brasília, na data de 21 de setembro de 1978, como depoente da CPT, depoimento este que muitos nobres Pares desta Casa tiveram conhecimento.

Abordávamos na oportunidade os sérios problemas de milhares e milhares de famílias sem terras e outros agricultores, digo pequenos agricultores, que além de não possuir as devidas documentações de suas terras, sofrem ainda as consequências das desapropriações nas áreas do reservatório da Itaipu, a situação dos 50.000 habitantes brasileiros na Argentina e mais 200 mil no Paraguai, acrescido do grande contingente de bóias-frias no Paraná, causa tristeza a nós que representamos um povo.

Estariamos alegres, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se tivéssemos caído em contradição em nossos depoimentos, e se encontrássemos no rosto de nossos irmãos brasileiros que estão na Argentina e no Paraguai, nos futuros expropriados da Itaipu nos milhares e milhares de bóias-frias que estão a mendigar nas ruas, num dia de serviço, para que possam sobreviver.

Estariamos alegres se encontrássemos no rosto de todos estes brasileiros, a alegria de estarem satisfeitos e tranquilos no gozo de seu direito como pessoa humana, de possuírem suas propriedades de, como brasileiros, terem, não o privilégio, mas sim, o direito de possuir um torrãozinho em seu solo pátrio. O Sr. Jurandir Messias — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento)

Deputado Gernote Kirinus, primeiramente, quero cumprimentá-lo pela maneira com que se apresentou e com que representou com tanto brilhantismo e com tanta dignidade esta Assembléia Legislativa, num programa que Vossa Excelência fez na televisão.

Entendo que, naquela ocasião, Vossa Excelência representava este Poder. Não falava em nome do vosso Partido, mas falava em nome de um Poder, da nossa Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

E eu que assisti o seu programa, que acompanhei do início ao seu final, tive a feliz oportunidade de observar que Vossa Excelência foi a toda prova muito feliz, muito eficaz, muito inteligente, e que deixou por certo uma ótima impressão da Assembléia Legislativa, quando da sua presença naquele programa.

Por isso me parabeno com Vossa Excelência. Com referência ao vosso pronunciamento, quero...

O SR. GERNOTE KIRINUS — Nobre Deputado, o pronunciamento não é meu como já disse no início. É um agricultor que elaborou com humildade para mim, e que estou lendo da tribuna.

Portanto, com referência ao pronunciamento, é do Sr. Aristides Cemin.

O Sr. Jurandir Messias — Mas Deputado Kirinus, Vossa Excelência há de convir comigo que, quando nós aqui falamos, falamos em nome do povo. O lavrador pode lhe ter dado a suges-

tão, a idéia para que abordasse este problema publicamente da tribuna. Então, eu acho e entendo que o pronunciamento é de Vossa Excelência, mas não seria o caso.

Eu só queria abordar e lhe digo com bastante clareza, que tenho conhecimento, que conheço o problema e que vou falar, porque posso e tenho condições.

Quando Vossa Excelência menciona que os proprietários, que os colonos da área de Itaipu, que estão com suas terras sendo invadidas pelas águas, que terão que se retirar, que se mudar, terão que procurar outras localidades, outras regiões.

Pois bem, Deputado Kirinus, realmente todos nós concordamos com Vossa Excelência; é verdade, está com a razão. Só que eles estão recebendo, e eu não digo aqui que é uma indenização condizente com os valores correspondentes daquelas terras que eles são proprietários. Não entro neste mérito, porque não tenho o conhecimento suficiente.

Agora, o conhecimento que tenho e que quero, não sei se colaborar com Vossa Excelência mas quero, de u'a maneira bastante sincera e honesta, levar ao vosso conhecimento, que estes colonos que estão recebendo as indenizações da Itaipu, estão procurando outras localidades, outros municípios, e agora quero chegar exatamente no ponto onde pretendia, no início do meu aparte.

Citaria o Município de Pitanga; ele recebe uma nase de 90 a 100 mil cruzeiros o alqueire, de indenização de suas terras. Vão no município que têm as terras, tão férteis, tão boas, e eu garanto-lhe como são as terras lá, onde moravam, ou Mal Cândido Rondon, ou Foz do Iguaçu, afinal de contas, onde eles estão sendo obrigados a deixar.

Estão comprando na faixa de 20 mil cruzeiros o alqueire, e áreas muito maiores, tão boas e eficientes, que produzem tudo o que se for pensar, tudo o que se plantar ali se produz; principalmente nos municípios do Centro-Oeste, é que onde os colonos, justamente, estão procurando, Deputado, é ali que estão vindo, é para esta região.

Semanalmente, eles estão procurando o meu Cartório, porque sou Titular de Cartório, do Tabelionato do Município de Pitanga, e o meu Cartório tem lavrado centenas de escrituras para estas pessoas que estão deixando as terras inundadas.

E, falando com eles, pessoalmente, sem me identificar como Deputado, obtive a seguinte resposta: Nós estamos ganhando. Nós compramos terras tão boas em Pitanga, Manoel Ribas, em Palmital, como aquelas que tínhamos lá e que, além de estarmos ganhando, ganhamos as terras que ainda não foram nem sequer mecanizadas. Vamos mecanizar pela primeira vez. Estamos tendo lucros com a indenização de nossas terras.

É por isto que eu queria levar ao vosso conhecimento do que está acontecendo. Sou Serventuário daquele município, e tenho falado constantemente com este pessoal que sai de Itaipu. Por isto, queria por este reparo, para que Vossa Excelência olhasse os dois lados da questão, não só um.

Vossa Excelência como outros Deputados, vem criticar o Governo, criticar Itaipu, porque não estão indenizando devidamente os prejudicados, mas se os ouvirmos pessoalmente, a versão é outra.

Muito obrigado.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Infelizmente, Sr. Presidente, vemos a tristeza de nossos irmãos brasileiros que estão estampados nas páginas 28 do jornal "Folha de Londrina", de 23/03/79, no qual o Vice-Cônsul brasileiro empossado, Sr. Fernando Menezes Campos, prefere responsabilizar o próprio Governo brasileiro.

Segundo ele, há um ano e meio que está na Argentina, e desde então, vem procurando convencer o Itamarati da gravidade da situação desses brasileiros. Diz ter enviado inúmeros relatórios sobre a evolução dos acontecimentos, colocando os fatos sobre a mesa do Governo brasileiro, sem que este demons-

trasse alguma preocupação.

São 50 mil brasileiros, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como filhos desassistidos e abandonados pelos pais, a mendigar pão na casa dos vizinhos. Assim se encontra a situação desses milhares de brasileiros, a mendigar um palmo, ou pedacinho de terra nos países vizinhos. Problema este, decorrente da falta de um programa agrário à altura, para satisfazer às necessidades do povo brasileiro.

E, para sanar este problema, faço um apeço ao Gal. João Baptista Figueiredo, que jurou fazer deste País uma democracia, e estender a mão à conciliação nacional.

Se este realmente é seu desejo, basta que Sua Excelência substitua o alto trono do autoritarismo do qual seus antecessores se preocuparam em atemorizar a Nação, censurando, prendendo, banindo e cassando mandatos parlamentares, arrancando dos tribunais os mais autênticos representantes do povo. E sente-se na cadeira da mais alta magistratura, e faça do Poder a fonte de soluções dos problemas nacionais. Que ame o próximo como a si mesmo, permitindo a livre lei de imprensa, para que, com a Nação despertada, reconheça a realidade brasileira. Para que ceifar a vida de um jornalista como a de Wladimir Herzog, seja obtenção da tão propalada ordem.

Que abra as cadeias aos presos que por preferirem um regime democrático e libertador, são metas prioritárias a um regime verdadeiramente democrático. Estão sufocados nas prisões, digo, os portões deste País aos banidos e cassados com o perdão da anistia, para que, reintegrados à sua terra e a seus familiares, seja mais um filho que retorna à casa do pai para ajudar a construir a grandiosidade da Pátria.

Resumindo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, chegamos à conclusão de que o movimento revolucionário que se instalou em 1964, não atingiu seus objetivos. Pois dizia ser necessária a Revolução para que se restabelecesse a ordem, mas neste campo, o que se observa: o desaparecimento de jornalistas, políticos e estudantes que, segundo consta, por crimes de idéias sem que se responsabilize os torturadores que, em nome desta ordem, estão cometendo tamanhas desordens, enquanto, isso o marginalismo vem crescendo assustadoramente.

No campo agrário, enquanto 80 por cento das terras se concentram nas mãos de latifundiários, a reforma agrária não passou de fase teórica com programa vasto a encher os olhos do mundo, enquanto na prática, resta apenas diante de nossos olhos, a triste imagem do bóia-fria.

Na política salarial, a situação inflacionária está a sugar do trabalhador até a esperança de sobrevivência.

Na área rural, estamos vendo os grandes transformados em pequenos, e os pequenos indo às favelas, e aos poucos, se transformando em bóias-frias.

No campo da indústria e comércio, abriu-se caminho às concordatas e falências; na política econômica nacional, estamos vendo a crescente dívida externa, com o nosso cruzeirinho cada vez mais desvalorizado.

Na política tributária, a má distribuição de renda está acarretando inúmeras dificuldades aos pequenos e médios municípios. Sem contudo entrarmos no setor da saúde, onde a situação é gravíssima.

No setor educacional, o Art. 176, item II da Constituição Federal, diz a gratuidade e obrigatoriedade de ensino para todos, dos 7 aos 14 anos, o que na prática não ocorre. Além da má qualidade de ensino reclamado pelos estudantes de todo o País, se observa neste campo uma contradição quando os donatários do Poder dizem que os brasileiros não têm ainda maturidade política para eleger seus governantes, e que o brasileiro ainda não sabe votar.

É de se perguntar que modelo de ensino é este se em quinze anos não se ensinou ainda a votar??? Este é o único disfarce encontrado para que eles continuem a se auto-promover.

Para concluir, prometeram restabelecer a ordem democrá-

tica com eleições periódicas e diretas para todos os cargos, sem contudo, que isso se efetivasse em termos práticos.

A própria Constituição de 1967, imposta, porque foi elaborada por uma junta militar, mas com seu conteúdo desejado, até certo ponto, até que foram impostos os atos, emendas e re-emendas que a desfiguraram, tal igual uma casa muito bem construída, bem acabada, bem pintada, mas depois vieram as varandas, os puxados, emendas e reemendas que a desfigurou.

Assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se encontra a situação deste País. E para sairmos desse impasse, convindo neste momento, o Excelentíssimo Gal. João Baptista Figueiredo, se realmente deseja conciliar a Nação, que se entregue aos democratas deste País, e convoque o povo brasileiro a participar das decisões nacionais, através de uma Assembléia Nacional Constituinte, para nos reencontrarmos em verdadeiro estado de direito. Para esquecermos os longos anos de exceção da democracia imposta, para ingressarmos de imediato em uma democracia de representatividade e de direito.

#### ARISTIDES CEMIN

Gostaria de dizer que as nossas informações a respeito de Itaipu, vêm de depoimentos de lavradores que estão organizados, representando uma assembléia de dois mil, e não de afirmações que a Itaipu Binacional faz, em jomais, dizendo que pagam 91 mil cruzeiros o alqueire, quando na verdade encontramos apenas um que recebeu 78 mil cruzeiros.

O SR. PRESIDENTE -- (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa lamenta informar ao Deputado que se encontra na tribuna, que seu tempo está esgotado.

O SR. GERNOTE KIRINUS -- Obrigado, Sr. Presidente. -- (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE -- Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Esta Presidência, bem como a Comissão Executiva, solicita dos Srs. Deputados de ambas as Bancadas uma reunião logo após o término da sessão, no Salão Nobre desta Casa.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, Necessita de apoio. -- Apoiado. -- Ao Departamento Legislativo.

Projeto de Lei de autoria do Deputado Deni Schwartz, constante do expediente. Necessita de apoio. -- Apoiado. -- Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO -- do Projeto de Resolução n.º 40/79, de autoria da C.C.J., que, com fundamento no Art. 32 da Constituição Federal, nega prosseguimento ao trâmite da Denúncia Crime n.º 02/78, em que é autora a Justiça Pública, e indiciado Fidecino Tolentino, Deputado Estadual. -- **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO -- do Projeto de Lei n.º 24/77, de autoria do Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que denomina "Antônio Lacerda Braga", a rodovia que liga o Município da Lapa ao de Porto Amazonas. Parecer Favorável da C.C.J., na forma do Substitutivo Geral, por unanimidade. -- **Aprovado o Substitutivo Geral, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO -- do Projeto de Lei n.º 06/78, de autoria do ex-Deputado JORGE SATO, que declara de utilidade pública a "Guarda Mirim de Maringá", com sede e foro na cidade de Maringá. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. -- **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO -- do Projeto de Resolução n.º 25/79, de autoria da C.C.J., oriundo da Mensagem Governamental n.º 07/79,

que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado e os Municípios de Cidade Gaúcha, Francisco Alves, Planaltina do Paraná e Santa Inês, objetivando o combate à erosão urbana, nas sedes dos referidos municípios. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. -- **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO -- do Projeto de Resolução n.º 27/79, de autoria da C.C.J., oriundo da Mensagem Governamental n.º 10/79, que aprova o Convênio celebrado entre diversos órgãos da esfera federal e o Departamento de Trânsito do Estado do Paraná, objetivando formalização de cooperação técnica e financeira na execução de projetos vinculados ao Plano Nacional de Segurança de Trânsito. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. -- **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO -- do Projeto de Resolução n.º 30/79, de autoria da C.C.J., oriundo da Mensagem Governamental n.º 26/79, que aprova o Convênio celebrado entre os Governos do Estado do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e a SUDESUL, juntamente com o BRDE, objetivando realização de estudos do Plano de Operações ao Programa de Agroindústria da Região Sul. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. -- **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO -- do Projeto de Resolução n.º 31/79, de autoria da C.C.J., Mensagem n.º 32/79, que aprova o Convênio celebrado entre a Secretaria da Segurança Pública, a EMOPAR e os Municípios de São Miguel do Iguaçu, Nova Cantu, Bom Sucesso, Guapirama e Itaguajé, objetivando a construção de prédios destinados às Delegacias de Polícia dos municípios signatários. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. -- **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO -- do Projeto de Resolução n.º 33/79, de autoria da C.C.J., Mensagem Governamental n.º 39/79, que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios de Borrazópolis e Bituruna, com a participação da Secretaria do Planejamento e da FAMEPAR, objetivando a aplicação de recursos financeiros, conforme especifica. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. -- **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO -- do Projeto de Lei n.º 87/78, de autoria do Deputado Quielise Crisóstomo, que dá nova redação ao Art. 1.º da Lei n.º 6964, de 20/12/77 (Criação de Distritos). Parecer Favorável da C.C.J., por maioria. -- **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 87/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1.º -- O art. 1.º da Lei n.º 6964, de 20 de dezembro de 1977, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1.º -- Ficam criados, no Município de Altônia, Distritos Administrativos de São Jorge, São João e Jardim Paredão, com sedes nas localidades dos mesmos nomes e divisas seguintes:

DISTRITO DE SÃO JORGE: começa no Rio Paraná, na foz do Rio São João, e sobe por este até a sua cabeceira, daí, pela divisa entre os lotes 132 e 133, até encontrar a estrada Mestre que liga as cidades de Pérola e Altônia, por esta estrada, em direção geral do Nordeste, dividindo com o Município de Pérola, até o lote número 1; deste ponto segue pela divisa intermunicipal até encontrar a cabeceira do Ribeirão Jequitibá, pelo qual desce até a sua foz no Rio Pacaraí; por este abaixo até sua barra no Rio Paraná, pelo qual desce até a barra do Rio São João, ponto de partida.

DISTRITO DE SÃO JOÃO: Começa na junção da estrada São Henrique com a estrada Mestre e segue por esta em direção geral Ceste, até a divisa entre os lotes 132 e 133, segue por esta divisa até encontrar a cabeceira do Córrego São João e desce por este até sua foz no Rio Paraná; e desce por este até a foz do

Córrego Nossa Senhora do Carmo e por este até a sua nascente; daí, em linha reta, até encontrar a nascente do Córrego Fortuna; desce por este até a sua foz no Rio Iporã, desce pelo Rio Iporã até encontrar a estrada da divisa com o Município de Iporã; daí, por esta estrada no sentido geral do Leste, acompanhando a divisa entre os Municípios de Iporã e Altônia, até encontrar o Rio Xambrê; por este acima, até a foz do Ribeirão Porongos, até a foz do Ribeirão Saracuras e por este acima até a foz do Córrego Piriquito, pelo qual sobe até a sua cabeceira na estrada Mestre, que liga as cidades de Pérola e Altônia; por esta estrada, no sentido geral Nordeste, até a junção desta mesma estrada com a estrada São Henrique, ponto de partida.

**DISTRITO DE JARDIM PAREDÃO:** Começa no Rio Paraná, na barra do Rio Piquiri, sobe por este até alcançar a foz do Ribeirão Iporã, pelo qual sobe até alcançar a foz do Córrego Mimosa, e por este acima até sua nascente, de onde, por uma linha seca alcança a nascente do Córrego da Vaca, e por este abaixo até a sua foz no Córrego do Prado, pelo qual desce até a sua foz no Rio Paraná, por este abaixo até alcançar a barra do Rio Piriquito, ponto de partida.

Art. 2º -- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1978.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

**JUSTIFICATIVA:**

Efetivamente, houve engano na descrição das divisas do Distrito de São Jorge, o que vem causando incerteza aos proprietários residentes no Município de Altônia.

O projeto de lei, visa justamente corrigir o erro, para tranquilizar aqueles proprietários. Esta a razão da sua apresentação à consideração dos nobres Pares, dos quais espera-se apoio e aprovação.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 87/78

**PARECER:**

A Lei nº 6964, de 20 de dezembro de 1977, criou e fixou as divisas dos Distritos Administrativos de São João, São Jorge e Jardim Paredão, com sede nas localidades dos mesmos nomes, no Município de Altônia.

Na descrição das divisas do Distrito de São Jorge, pelo que se depreende da justificativa do autor do presente projeto, Deputado Quíelse Crisóstomo, houve, na oportunidade, lamentável engano que vem causando transtornos aos moradores da região.

Desta forma, para corrigir a situação e não havendo óbice constitucional ou legal, somos pela Aprovação.

Sala das Comissões, em 26 de abril de 1979.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; Nilton Friedrich, Relator

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando seja retirado da Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 87/78, por 10 sessões. Em votação o requerimento. — **Aprovado.**

**1ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei nº 124/78, de autoria do Deputado Nilso Sguarezi, que declara de utilidade pública o "Instituto Santo Antônio do Bem Estar ao Menor - ISABEM", com sede e foro na cidade de Santo Antônio do Sudoeste. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

**PROJETO DE LEI Nº 124/78**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o "INSTITUTO SANTO ANTÔNIO DO BEM ESTAR AO MENOR — ISABEM", com sede e foro na cidade de Santo Antônio do Sudoeste.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 1978.

(a) NILSO SGUAREZI

**JUSTIFICATIVA:**

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, vem prestando relevantes e inestimáveis serviços no campo da assistência social e filantropia à comunidade de Santo Antônio do Sudoeste.

A documentação que anexamos ao presente, comprova o preenchimento dos requisitos essenciais previstos pela legislação estadual que regulamenta a matéria.

Com isso, estamos apresentando o presente plano de lei, que temos a certeza contará com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 124/78

**PARECER:**

De autoria do ilustre Deputado Nilso Sguarezi, o presente Projeto de Lei nº 124/78, tem por finalidade declarar de utilidade pública o "Instituto Santo Antônio do Bem Estar ao Menor - ISABEM", com sede e foro na cidade de Santo Antônio do Sudoeste.

Da análise do processo, pela justificativa apresentada pelo seu autor e pela documentação anexada ao mesmo, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche todos os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria.

Diante do exposto, o nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de abril de 1979.

(aa) Ezequias Losso, Presidente; Nilton Friedrich, Relator

**1ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei nº 11/79, de autoria do Deputado Edilson Alencar, que declara de utilidade pública o Centro de Estudos do Menor e Integração na Comunidade — CEMIC, com sede e foro no Município de Assis Chateaubriand. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

**PROJETO DE LEI Nº 11/79**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o CENTRO DE ESTUDOS DO MENOR E INTEGRAÇÃO NA COMUNIDADE - CEMIC, com sede no Município de Assis Chateaubriand.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de janeiro de 1979.

(a) EDILSON ALENCAR

**JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto de lei, visa declarar de utilidade pública o Centro de Estudos do Menor e Integração na Comunidade — CEMIC, de Assis Chateaubriand.

A entidade presta efetivos e relevantes serviços à comunidade, principalmente satisfazendo a finalidade pela qual foi criada que é, o atendimento de menores de 18 (dezoito) anos de idade, carentes de recursos para sua manutenção.

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, presta atualmente serviços a aproximadamente 100 crianças pobres de Assis Chateaubriand, relacionados com a educação, saúde, alimentação, etc.

Justifica-se, portanto, o presente plano de lei.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 11/79

**PARECER:**

Subscrito pelo ilustre Deputado Edilson Alencar, visa o

presente projeto de lei declarar de utilidade pública o Centro de Estudos do Menor e Integração na Comunidade - CEMIC, com sede e foro no Município de Assis Chateaubriand.

Referida entidade preenche os requisitos exigidos pela legislação que regulamenta a declaração de utilidade pública, ou seja:

- a) — Que está efetivamente em funcionamento e serve desinteressadamente à coletividade;
- b) — que está devidamente registrada no Cartório das Pessoas Jurídicas; e
- c) — que os membros de sua diretoria não são remunerados a qualquer título.

Face ao exposto, não vemos qualquer impedimento que se lhe possa antepor quanto aos aspectos de ordem legal ou constitucional, razão pela qual nosso parecer é pela Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de abril de 1979.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Waldyr Pugliesi, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 15/79, de autoria do Poder Executivo, oriundo de Mensagem Governamental n.º 29/79, no qual solicita autorização para revogar doação de área de terras, situada no Município de Cambé, e que era destinada à construção de prédio para um Grupo Escolar. Pareceres Favouráveis da C.C.J., e C.T.I.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 15/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a revogar a doação recebida da área de terras com 3.000,00 m<sup>2</sup>, destacada do lote de terras n.º 10-A (dez-A), da Gleba Patrimônio de Cambé, situada no Município de Cambé, transcrita no Registro de Imóveis sob n.º 4438, às fls. 95, do Livro 3-H e que se destinava para o fim exclusivo de edificação de um grupo escolar.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em  
(a) PODER EXECUTIVO

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 15/79

**P A R E C E R:**

A Mensagem Governamental enfatiza a desnecessidade da construção do grupo escolar em terreno doado para tal fim, visto que, nas proximidades, funcionam dois estabelecimentos da Rede Estadual de Ensino.

Como a própria escritura de doação contém cláusula que torna exclusiva a destinação do imóvel ao fim proposto, estabelecendo que, com o não cumprimento desta condição, deverá o mesmo reverter ao patrimônio dos doadores, não há o que se possa objetar.

Isto posto, desde que o projeto não fere dispositivo legal ou constitucional e vem de encontro aos interesses do Estado, opinamos pela Aprovação.

Sala das Comissões, em 28 de março de 1979.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; Airton Cordeiro, Relator

#### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PROJETO DE LEI N.º 15/79

**P A R E C E R:**

O presente Projeto de Lei n.º 15/79, oriundo da Mensagem Governamental n.º 29/79, que autoriza o Poder Executivo a revogar doação de área de terras situada no Município de Cambé, doada ao Estado com finalidade de construção de um grupo escolar.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, apreciando a matéria, opinou favoravelmente.

No âmbito desta Comissão de Terras, Imigração e Colo-

nização, não vemos qualquer impedimento que se lhe possa antepor, razão pela qual nosso parecer é favorável à sua Aprovação. É o Parecer.

Sala das Comissões, em 24 de abril de 1979.

(aa) Gernote Kirinus, Presidente; Fiori Luiz, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 22/79, de autoria do Deputado Carlos Zanlorenzi, que declara de utilidade pública o MIS - Movimento de Integração Social", de Balsa Nova, com sede e foro no Município de Balsa Nova. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 22/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o MIS — MOVIMENTO DE INTEGRAÇÃO SOCIAL DE Balsa Nova, com sede no Município de Balsa Nova.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de março de 1979.

(a) CARLOS ZANLORENZI

**JUSTIFICATIVA:**

Segundo o enunciado no art. 3.º, do Estatuto: da entidade em apreço, cuja cópia autenticada estamos anexando, tem por finalidade o objetivo social de promover a educação, a cultura, a defesa da saúde, a assistência médico-social, as atividades esportivas e recreativas, a colaboração com entidades públicas e privadas, voltada especialmente à solução dos problemas da localidade comunitária inteiramente gratuito e de caráter filantrópico.

O art. 6.º, declara que os membros da Diretoria não percebem qualquer modalidade de retribuição ou remuneração pelos seus trabalhos.

A publicação do Diário Oficial em anexo, comprova o preenchimento do requisito "personalidade jurídica há mais de um ano", exigida pela Lei n.º 6994, de 10.01.78.

Desta forma, estando em consonância com as exigências legais, esperamos que esta Casa declare que a entidade tem caráter de utilidade pública.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 22/79

**P A R E C E R:**

Subscrito pelo ilustre Deputado Carlos Zanlorenzi, visa o presente projeto de lei declarar de utilidade pública o MIS — Movimento de Integração Social de Balsa Nova, com sede e foro no Município de Balsa Nova.

Referida entidade preenche os requisitos exigidos pela legislação que regulamenta a declaração de utilidade pública, ou seja:

- a) — Que está em efetivo funcionamento e serve desinteressadamente à coletividade;
- b) — que está devidamente registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas; e,
- c) — que os membros de sua Diretoria não são remunerados a qualquer título.

Face ao exposto, não vemos qualquer impedimento que se lhe possa antepor, quanto aos aspectos de ordem legal ou constitucional, razão pela qual nosso parecer é pela Aprovação. É o Parecer.

Sala das Comissões, em 18 de abril de 1979.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Waldyr Pugliesi, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 36/79, de autoria do Deputado Tércio Albuquerque, que autoriza doação de imóvel de propriedade do Estado ao Município de Matelândia. Parecer Favorável da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade. — **Aprovado.**



## PROJETO DE LEI Nº 36/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado ao doar ao Município de Matelândia, o imóvel de propriedade do Estado constituído do lote de terras urbano número 10 (dez) da quadra 58 (cinquenta e oito), com a área de 2.700 m<sup>2</sup> (dois mil e setecentos metros quadrados) com frente para a Avenida Borges de Medeiros, medindo 45 metros de um lado, com Anenida Dalcanale, medindo 60 metros da frente aos fundos; de outro lado com partes restantes dos lotes n.ºs 6 e 9, da mesma quadra, medindo 60 metros da frente aos fundos; e aos fundos com os lotes 3 e 4, da mesma quadra, medindo 45 metros; Lote de terras urbano número 4 (quatro), da quadra 58 (cinquenta e oito), com área de 800 m<sup>2</sup> (oitocentos metros quadrados), com frente para a Avenida Paraná, medindo 20 metros; de um lado com a Av. Dalcanale, medindo 40 m da frente aos fundos; de outro lado, com o lote número 3, medindo 40 metros da frente aos fundos; e aos fundos, com o lote número 6, medindo 20 metros; ambos os imóveis estão situados no perímetro urbano de Matelândia, nesta Comarca, sem benfeitorias, registrado sob o número 13.238, das fls. 01/02, do Livro 3-M, do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Foz do Iguaçu.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de abril de 1979.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE

## JUSTIFICATIVA:

O citado imóvel que se pretende seja doado ao Município de Matelândia, foi doado ao Estado pelo município, para fins da construção de uma escola. Porém, em razão de sua localização não se adaptar para construção da referida escola, o próprio município doou outro imóvel, no qual foi construída a escola que hoje funciona como Grupo Escolar Dom Bosco.

Nestas condições, o citado imóvel ficou sem sua utilização para o Estado, e em razão da Prefeitura de Matelândia se propor a construir naquele imóvel uma praça de lazer e canchas de esportes, que muito servirá aos munícipes de Matelândia.

Razão pela qual, estamos apresentando o presente projeto de lei, que esperamos contar com o apoio e aprovação dos nobres Pares, com assento nesta augusta Casa de Leis.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 36/79

## P A R E C E R:

Subscrito pelo nobre Deputado Tércio Albuquerque, visa o presente plano de lei autorizar o Poder Executivo a alienar, por doação, ao Município de Matelândia, os lotes de terrenos sob números 10 (dez) e 4 (quatro) da quadra número 58 (cinquenta e oito) da planta da cidade de Matelândia, transcritos sob número 13.238, às fls. 01/02, do Livro 3-M, do Registro de Imóveis da Comarca de Foz do Iguaçu.

A iniciativa em questão, está em consonância com o art. 123 do Regimento Interno, tendo em vista que está articulado e devidamente justificado.

Não encontramos no projeto de lei ora em exame, qualquer objeção, quer de ordem constitucional, quer de ordem legal, que possa obstar a sua livre tramitação.

Por outro lado, quanto à sua oportunidade, convencenos a justificativa do seu ilustre autor.

Em face de tais circunstâncias, somos pela aprovação da iniciativa em tela.

S.M.J., é o Parecer.

Sala das Comissões, em 18 de abril de 1979.

(a) Paulo Camargo, Presidente e Relator

## COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 36/79

## P A R E C E R:

O projeto de lei em pauta, de autoria do nobre Depu-

tado Tércio Albuquerque, visa autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Matelândia, imóvel que havia sido anteriormente doado pelo município ao Estado, para fins de construção de escola.

Tendo em vista que a finalidade da primeira doação não foi cumprida, pois a escola planejada veio a ser construída em outro terreno, também doado pelo município, nada há que se possa opor quanto à oportunidade da medida.

Nosso parecer, portanto, é pela Aprovação.

Sala das Comissões, em 24 de abril de 1979.

(a) Gernote Kirinus, Presidente e Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 40/79, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que declara de utilidade pública a Sociedade Paranaense de Ortodontia de Curitiba, com sede e foro na cidade de Curitiba, Parecer Favorável da C.C.J., na forma do Substitutivo Geral, por unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 40/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a SOCIEDADE PARANAENSE DE ORTODONTIA, de Curitiba, devidamente regularizada no Conselho Regional de Odontologia do Paraná, reconhecida de acordo com a resolução CFO-76, de 27 de maio de 1973.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em de abril de 1979.

(a) ERONDY SILVÉRIO

## JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando relevantes serviços aos Cirurgiões Dentistas especializados em Ortodontia, conforme preceitos estatutários.

A documentação que anexamos ao presente, comprova o preenchimento das exigências legais previstas pela legislação que regulamenta o instituto de utilidade pública em nosso Estado.

Com isso, esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares, com assento nesta Casa de Leis.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 40/79

## P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Erondy Silvério, o presente Projeto de Lei n.º 40/79, tem por finalidade declarar de utilidade pública a "Sociedade Paranaense de Ortodontia", com sede e foro na cidade de Curitiba.

Da análise do processo, pela justificativa apresentada pelo seu autor e pela documentação anexada ao mesmo, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria.

Diante do exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua Aprovação, na forma do Substitutivo Geral que apresentamos anexo, e que melhor atende à técnica legislativa.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 26 de abril de 1979.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; Augusto Carneiro, Relator

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 40/79

## SUBSTITUTIVO GERAL

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a SOCIEDADE PARANAENSE DE ORTODONTIA, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publi-

cação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de abril de 1979.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; Augusto Carneiro, Relator

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Izaura R. de Mattos, ocorrido na cidade de Castro. - **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de solidariedade e apoio ao trabalho que o Sr. Prefeito Municipal de Palotina vem desenvolvendo em favor da manutenção do equilíbrio ecológico no município. - **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à SANEPAR, em forma de pedido de informações sobre as tarifas que vigoravam anteriormente ao último aumento. - **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, encarecendo providências no sentido de que sejam colocadas à disposição do recém criado Município de Douradina, máquinas necessárias à manutenção de suas estradas internas. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplausos ao jogador de futebol, Nilton Batata, convocado para defender a Seleção do Brasil. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Palácios, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor do DETRAN, no sentido de que seja designado um Guarda de Trânsito para atender à movimentação de escolares em frente à Escola Emani Vidal. - **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado no sentido de que determine à Secretaria da Agricultura, uma rigorosa fiscalização junto às propriedades rurais, visando proibir o plantio de produtos agrícolas nas barrancas dos cursos d'água. - **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Superintendente do Banco do Estado do Paraná S/A, no sentido de que seja dado andamento à construção do prédio para agência bancária na cidade de Corbélia. - **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado ao Sr. Presidente da SUNAB, uma cópia do documento assinado pelo Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguçu, dando conta da irregularidade quanto ao transporte e comercialização do leite. - **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja constituída uma Comissão Especial, composta de 5 Srs. Deputados, para, "in loco", conversar com os agricultores da região de Itaipu, com o objetivo de averiguar qual o preço já pago ou que está sendo oferecido pela Hidrelétrica Itaipu, como indenização. — Em discussão.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do

Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expedientes aos Srs. Ministro do Interior e Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, sugerindo a construção de um prédio para o Correio e Telégrafo de Ubatuba. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministro da Agricultura e Secretário da Agricultura, encarecendo providências no sentido de se proibir no Brasil a venda de defensivos clorados persistentes ou altamente tóxicos. - **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à SUREHMA, encarecendo providências para apurar minuciosamente o fato e, posteriormente, impor aos responsáveis as sanções cabíveis, tendo em vista o envenenamento de peixes no Rio Laranjinha. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, lido da tribuna, solicitando sejam encaminhados expedientes aos Srs. Presidente da República e Ministro da Agricultura, reivindicando a implantação efetiva da reforma agrária. — Em votação.

O SR. RUBEN VALDUGA — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ruben Valduga.

O SR. RUBEN VALDUGA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tivemos oportunidade, na semana passada, de termos aqui a visita de Parlamentares do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, para discutir problemas pertinentes à agricultura.

Foi uma reunião, um conclave muito proveitoso e que nos ensinou, um entendimento entrosado com todos os Parlamentares afetos à agricultura da Região Sul do Brasil.

Dentre os pontos levantados e aprovados por unanimidade, consta o pedido da reforma agrária. Discutiu-se bastante, e entendemos todos que a reformulação do sistema fundiário brasileiro se impõe.

Discutimos, entretanto, se deveríamos colocar nesses termos, ou colocar na linguagem mais inteligível ao povo, e entendemos também que, por essa razão, deveria ser lançada a expressão exata: reforma agrária.

Não podemos, de forma alguma, fugir a essa situação tão bem levantada pelo nobre Deputado Lázaro Dumont. As colocações do ilustre companheiro de bancada, endossadas por companheiros da Oposição, foram de uma felicidade rara. É importante que tenhamos a coragem, que tenhamos a capacidade de fazer face e frente a um problema que já vem empolgando e que já consta, inclusive, do programa do nosso Partido, a Aliança Renovadora Nacional.

Daí porque, acho não só oportuna quanto necessária a aprovação desse requerimento. Não vamos discutir, em profundidade, a forma pela qual faz o nobre Deputado; pode inclusive, ser até uma posição polêmica.

Mas, como é um encaminhamento sucinto, ele deve, antes de mais nada, representar o pensamento de que os Parlamentares do Paraná se preocupam com o problema. Talvez não seja por esta via, nesse momento, que se fará, mas é importante que não esqueçamos de começar a pensar sério de que a reforma agrária no Brasil, se impõe.

E o Paraná dará um grande exemplo, iniciando uma campanha nesse sentido.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Continua em votação.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Para encaminhar a votação)

Senhor Presidente, Srs. Deputados.

Seremos breve. Apenas para que, ao que conste, ao que se vê, esse requerimento será aprovado por unanimidade.

E em sendo, o Parlamento do Paraná, composto pela Maioria Situacionista, sendo que contamos com 58 Deputados ao todo, parece-me de extrema seriedade este requerimento e as suas consequências.

Oxalá, as autoridades, ao receberem este importante assunto, não façam dele o caminho de tantos outros, ou seja, o mais fundo das gavetas ministeriais deste País.

Porque, no momento que o Ministro da Agricultura Delfim Neto, passa a atuar no setor agrícola com uma publicidade incomensurável e que até nos surpreende, mas, ao mesmo tempo, não admite a reforma agrária, segundo pronunciamento recentemente feito; entendo que o Paraná, que é um Estado eminentemente agrícola, quando sua Assembléia Legislativa, a Casa do Povo, reivindica a reforma agrária, é de extrema importância que todos os paranaenses e brasileiros, e principalmente a imprensa presente, dê a real importância. Porque, atrás de um pedido desses existe, efetivamente, um sério objetivo de uma alteração do sistema fundiário paranaense e brasileiro.

E acredito, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que por uma medida de coerência, de hoje e sempre, nenhum Deputado dessa Assembleia poderá fazer qualquer pronunciamento, colocação, contra a reforma agrária. E elogio mais uma vez aqui, o ilustre Deputado Lázaro Dumont, porque o pronunciamento que ele fez nesta Casa hoje, há dois anos atrás, talvez fosse motivo até de cassação, porque falavam em reforma agrária, falavam em mudança de estruturas, falavam em tantas coisas que foram objetivo até de uma revolução, porque diziam que este País ia para uma convulsão e para uma ditadura de proletariado, e do pequeno produtor.

Por esta razão, Sr. Presidente, eu, com muito entusiasmo dou o meu voto favorável, e espero a ressonância desta Casa, nos altos escalões do Governo brasileiro.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação o requerimento.

O SR. DENI SCHWARTZ — (Para encaminhar a votação) —

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra, para encaminhamento da votação, ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente.

Pedi a palavra, para congratular-me com o nobre Deputado Lázaro Dumont, dizendo que, realmente, quando até os próprios Bispos do Brasil na última Conferência Nacional dos Bispos se pronunciaram favoravelmente à reforma agrária e nós vivemos num Estado agrário, é importantíssimo que esta iniciativa saia deste Estado, e, mais importante, que, saia da lavra de um ilustre Deputado da Situação.

Deputado Lázaro Dumont, Vossa Excelência receberá, hoje, a unanimidade desta Casa composta de Deputados que foram aurir bem lá, no interior, ou bem lá nos bairros mais pobres, a sua representatividade aqui; não é uma Casa composta de economistas desocupados, conforme disse o Ministro Delfim Neto, quando disse e afirmou de que reforma agrária era assunto para economista desocupado. Não sendo eu nem economista, nem um desocupado, votarei favoravelmente, votarei com Vossa Excelência, apesar da maneira grotesca como foram classificados aqueles que se interessam pelo assunto, talvez, mais sério deste País. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação. —

Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Romero Filho, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes, encare-

cendo informações sobre a viabilidade da extensão de linha férrea, trecho Cianorte-Guaíra, passando por Umuarama. —

Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Romero Filho, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado, Secretário dos Recursos Humanos e Secretário da Segurança Pública, encarecendo a designação de um médico legista, um perito criminal e um auxiliar de necrópsia para a 7ª Subdivisão Policial de Umuarama. —

Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Colégio Bom Jesus, pela passagem do 83.º aniversário do referido estabelecimento de ensino. —

Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Chierigate, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Engenheiro Osiris Stenghel Guimarães, nomeado Coordenador dos Corredores de Exportação. —

Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, sugerindo a pavimentação asfáltica à rodovia em construção de São Jorge do Ivaí ao Porto Andirá à sede do Distrito de Copacabana do Norte. —

Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Direção do Jornal "O Paraná", que se edita na Cidade de Cascavel, pelo transcurso nesta data do 3.º aniversário de sua fundação. —

Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando seja encaminhado ao Sr. Secretário da Educação, o endosso dos abaixo assinados, subscrito por moradores do Distrito de Imbaú, Município de Telêmaco Borba, reivindicando a destinação de um micro-ônibus para transporte de seus filhos escolares. —

Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação das estradas do trajeto que liga o Município de Marechal Cândido Rondon ao Distrito de Novo Três Passos, Município de Nova Santa Rosa e Vila Maripá, pertencente ao Município de Palotina. —

Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de aplauso ao Sr. Secretário da Administração, pelas medidas tendentes a desburocratizar aquela Pasta. —

Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando seja enviado ao Sr. Ministro da Justiça, aos Srs. Presidente do MDB e ARENA, manifestação desta Casa, no sentido de que, na reforma partidária que vem sendo anunciada, seja previsto o pluripartidarismo sem a obrigatoriedade de extinção dos atuais partidos. Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do artigo jornalístico publicado na edição de 13 de maio, do jornal "O Estado do Paraná", sob o título "QUE HERANÇA..." — Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir, Sr. Presidente.  
O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do Regimento Interno, art. 150.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, no sentido de que informe sobre as razões que levaram mais de vinte soldados do 6.º Batalhão Policial Militar de Cascavel, a guarnecer a Casa Paroquial de Medianeira. — Em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A bancada majoritária desta Casa, votará favoravelmente ao requerimento; apenas nos servimos desta oportunidade, para que nos Anais da Casa não se registre apenas uma versão do fato, mas que também registrem as explicações que, por certo, o Governo prestará ao Deputado subscritor do requerimento, mas que também o público possa conhecer o outro lado da história, porque o requerimento em si nada tem de mais.

É um direito que tem o Deputado Nilton Friedrich, de solicitar as informações requeridas.

Apenas, no encaminhamento da votação é que, repito mais uma vez, os nobres componentes da bancada da Oposição, pré julgam as informações que requerem do Governo, antes de receberem a resposta.

E cumpre-nos o dever, Sr. Presidente, evidentemente, de prestar essas informações, para que os Anais registrem, para que a imprensa, que deu destaque ao pronunciamento do nobre Deputado, possa também registrar o outro lado da história, a história que me parece verdadeira - que me parece, é evidente que não posso me antecipar no julgamento - mas as informações que recebo da Secretaria de Estado da Segurança Pública, são mais ou menos, nos seguintes termos:

Dados fornecidos e relacionados com os fatos ocorridos em Medianeira: 1.º — O Delegado de Polícia de Medianeira comunicou-se com a Diretoria da Polícia Civil, informando de que no dia 10 do corrente, iria haver uma reunião de oitocentos lavradores, que diziam, pelos seus líderes, estarem revoltados com a gerência do Banco do Brasil daquela cidade, que insistia na cobrança das Nota Promissórias Rurais. A notícia corrente na cidade era de que, reunidos e tomadas as decisões, haveria uma passeata rumo ao Banco do Brasil, com desfecho imprevisível.

Ante a complexidade do problema, outra não poderia ter sido, a medida tomada por essa Secretaria, qual seja, o reforço policial preventivo, tão somente preventivo.

Não houve, de forma alguma, qualquer medida arbitrária, violenta ou de coação a quem quer que fosse. Tanto isso é verdade, que a reunião processou-se normalmente, sem qualquer interferência policial.

O destacamento policial de Medianeira, que é constituído de onze praças, foi reforçado por mais oito e um aspirante oficial, oriundos de Cascavel. Esses policiais prostaram-se na praça da cidade, distante do local da reunião, que se deu na Casa Paroquial.

O aspirante a oficial foi procurado pelo Bispo de Foz do Iguaçu, na Praça Pública e indagado das razões de sua presença, naquela cidade. Respondeu que ali estavam para evitar a perturbação da ordem pública e garantir a realização da reunião que iria se realizar, o que, de fato, foi feito. Para terminar, Sr. Presidente. — A polícia, em situações semelhantes, tem o dever de garantir a segurança pública evitando o cometimento de infrações à lei e de estar sempre vigilante ao cumprimento

de ordens judiciais. No caso referido pelo ilustre Deputado Nilton Miguel Friedrich, de que estava havendo inoperância dos organismos policiais, na prisão de diretores de empresas falidas, na região, esclarece-se que nada resta a fazer, posto que tais mandatos de prisão foram revogados pelo egrégio Tribunal de Justiça do Estado, consoante demonstram as cópias dos acórdãos de n.ºs 7028, 7029, 7098, 7099, 7222 que, por certo, serão anexados na resposta ao requerimento que faz, nesta Casa e nesta tarde, o Deputado Nilton Friedrich.

Apenas, Sr. Presidente, repito, - cabia à bancada do Governo nesta Casa, bancada da ARENA, prestar esses esclarecimentos porque ao Governo compete a manutenção da ordem pública e a preservação dos bens públicos. Se, naquela cidade, tivesse ocorrido uma reunião não pacífica, conforme se realizou, mas, se ao final dessa reunião houvesse uma passeata de consequências imprevisíveis, e não tivesse havido, por parte do Governo, o cuidado de se fazer um policiamento preventivo, hoje estaria o nobre Deputado da Oposição, verberando a atitude do Governo que não soube, no momento exato, preservar a tranquilidade e o patrimônio, não só o patrimônio público mas, como o patrimônio particular que poderia ter sido posto em risco, se tivesse ocorrido como, graças a Deus não ocorreu, uma manifestação violenta, ao final daquela reunião. Repito, mais uma vez, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pela sua bancada, responderá sempre aos pedidos de informação de ordem administrativa como, há poucos instantes a Casa aprovou requerimento de autoria do nobre Deputado Deni Schwartz, com relação as tarifas cobradas pela SANEPAR no abastecimento de água em todo Estado; e a bancada da ARENA também se reserva o direito, como bancada majoritária, de definir uma posição quando os pedidos de informações, os requerimentos tenham o caráter, nitidamente, político, como este de hoje.

Todavia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós aprovaremos de bom grado o requerimento, apenas, queremos que os Anais da Casa registrem esta posição e registrem, também, a ação da polícia que, a meu ver, foi meritória no episódio. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação.

O SR. DENI SCHWARTZ — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente. Quero louvar, neste momento, a atitude da Liderança da ARENA que traz, a esta Casa, um comportamento, talvez, até diferente mas, altamente louvável. Realmente, nós acusamos não à Polícia; nós comentamos o fato e esse modo que a Liderança usou de esclarecer o povo paranaense vindo, de antemão, trazer possíveis respostas a esse requerimento e aprovar o requerimento, é altamente louvável.

Mas, apenas, para esclarecer quero, neste momento me manifestar, uma vez que foi este Deputado que no encaminhamento desse requerimento, também se manifestou, não apenas o Deputado Nilton Friedrich e principalmente no tocante a prisão aos Diretores da FRIMESA e da OLEOLAR.

Realmente já recebi posteriormente a minha manifestação, a informação de que um acórdão havia retirado, havia suspenso a prisão preventiva que havia sido decretada àqueles diretores.

Mas vejam, Srs. Deputados, como é importante o Parlamento falar. Ficam agora outros Deputados lá do norte, aqui do sul, Deputados do norte velho, do norte novo, ficam sabendo que a Justiça deste Estado revogou a prisão preventiva daqueles que levaram à miséria a milhares de famílias lá no oeste do Estado. Esta é a grande virtude do Parlamento. Realmente, Senhores, continuam livres aqueles que fraudaram, aqueles que roubaram, aqueles que deixaram, repito, famílias na miséria e não por culpa dos policiais. Por culpa, talvez

de uma legislação que não pune os grandes, mas pune o pequeno.

Enquanto a prisão preventiva dos Diretores da OLEOLAR e da FRIMESA estava em pé a Polícia não os encontrou. Passeavam livremente na Rua das Flores. Agora já sem a prisão preventiva, eles talvez já possam até se retirar do País para usufruírem os lucros que estão depositados nos bancos da Suíça.

Enquanto que o colono cada dia, e é bom que se diga, cada dia mais pessimista, cada dia menos esperando soluções decisivas, apesar de promessas, promessas feitas por nós do MDB, promessas feitas pelo ilustre Governador, pelo Sr. Secretário, promessas inclusive do Sr. Ministro da Agricultura, continua sem uma solução.

E o grave problema, Srs. Deputados, talvez a indagação maior deste momento não seja se se deva prender ou não prender, se a Polícia deveria ou não deveria estar lá em Medianeira. O importante é saber dar solução para aqueles homens que estão lá e que continuam sendo pressionados para pagarem as notas promissórias que eles não devem de fato. Podem dever de direito, mas não de fato. De direito porque a legislação que é feita por nós, legisladores, é uma legislação elitista, é uma legislação voltada para o intermediário e não é uma legislação voltada para o trabalhador que consome ou para o produtor que produz o alimento, que produz os bens deste País.

Por isso, louvando a atitude da bancada situacionista, e em particular do seu Líder, que talvez hoje inaugura uma maneira nova de dialogar nesta Casa, esclareço que participei no encaminhamento deste requerimento pedindo a prisão aos homens, aos diretores da OLEOLAR e da FRIMESA, que realmente graças a terem tido as suas prisões preventivas levantadas, podem ficar usufruindo aquilo que eles tiraram dos mais humildes agricultores daquela região. — (Sem revisão do orador). O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Continua em votação.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós poderíamos terminar essa breve presença na tribuna, dizendo que o nosso objetivo é exatamente através deste requerimento, que tenhamos a manifestação oficial da autoridade competente sobre as causas que levaram a tal presença ostensiva de policiais.

Mas antes de fazer esta colocação final, gostaria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de analisar algumas reportagens que foram feitas em torno da matéria, e inclusive antes da reunião. Por exemplo, Sr. Presidente: Agentes secretos vigiam reuniões de colonos.

Há uma informação numa entrevista dada pelo Comandante do 6.º Batalhão da Polícia Militar, Major Cesar Augusto Valente, Batalhão este sediado em Cascavel, disse o Comandante à reportagem a uma certa altura, que os mesmos agentes estão acompanhando todas as reuniões dos colonos, infiltrando-se no meio delas. Até uso as palavras ditas pelo Comandante na reportagem: Têm esses mesmos agentes uma preocupação, com distribuição de panfletos subversivos, tendo por outro lado, a entender, que se buscavam os principais líderes do movimento, com a finalidade de catalogá-los.

Pois bem, Sr. Presidente, queremos exclusivamente com esse requerimento, que a autoridade, efetivamente, registre as causas geradoras dessa presença ostensiva, porque se eles realmente fossem à Medianeira com o objetivo de atender uma solicitação do Delegado de Polícia, o Delegado de Polí-

cia não teria dito a um reporter o que disse, por sua vez, o Delegado de Medianeira, Bacharel Marco Antônio Macedo, afirmou desconhecer quem efetuou o pedido para que a guarnição ficasse defronte à Casa Paroquial, já que dele não partia nenhuma ordem neste sentido.

Por isso, Sr. Presidente, quando trazem informação a esta Casa, de que teria sido o Delegado de Polícia de Medianeira, que solicitara a presença da guarnição, porque havia, poderia haver uma passeata, e a presença desses agricultores defronte à agência do Banco do Brasil, mas aqui, diz o próprio Delegado numa entrevista, que não partiu dele. Então há uma contradição de informações que nos resta a autoridade oficialmente dizer, e além do mais, Sr. Presidente, Srs. Deputados: Se a presença de agentes federais, e da própria Polícia, em reuniões anteriores a de Medianeira, parece-me que não há tanta razão de ser. Porque se fosse para atender a preocupação quanto à segurança do próprio Banco, que essa guarnição se restringisse a ficar defronte ao Banco, e não em várias quadras como nós que conhecemos Medianeira sabemos, ficar defronte à Casa Paroquial, onde estavam reunidos os agricultores, então não foram para guarnecer o Banco, foram sim, para intimidatoriamente, ficar defronte à reunião que se fazia então.

Não estou prejudgando, estou tentando concluir o raciocínio dado, os fatos que ocorreram.

E digo mais, Sr. Presidente, não há um caráter essencialmente político, porque sendo do meio rural, como somos, nos preocupa muito, é que passa a ter esse tipo de presença, uma outra razão preocupante. Por exemplo, disse o Padre Miguel Ângelo Ramero, sub-Secretário da CNBD, Regional Sul-2:

Que não só os membros da Comissão da Pastoral da Terra, como todos os participantes da reunião, que ficaram indignados com a presença de policiais a uma assembléia pacífica, os dirigentes da assembléia não encontraram nenhuma explicação, para a presença da Polícia, suspeitando-se até que ela tenha tido finalidade intimidatória. São palavras dos próprios organizadores e participantes daquela assembléia.

“Os membros da Pastoral da Terra - continua a entrevista - chegaram a temer que os colonos pudessem se revoltar”, disse o Padre. E inclusive, Sr. Presidente, a própria Pastoral da Terra, a Comissão de Justiça e Paz, a CNBB- Regional 2 - afirmou na ocasião que encaminharia ao Governador do Estado um protesto pela presença da guarnição militar. E por esta razão, nós reunindo todos esses motivos, encaminhamos essa solicitação. Não tem portanto o caráter essencialmente político.

E concluo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que muitas vezes, o agricultor que não tem a estrutura emocional que nós temos, pode levar para outro lado sim, a presença da Polícia, ostensivamente ao seu redor.

E aí sim, o desdobramento poderá ser bem pior, do que este tipo de colocação.

Por isso, Sr. Presidente, acho que estamos no caminho certo, para que a autoridade constituída diga efetivamente porque. Porque não foi requerida esta solicitação pelo Delegado de Polícia, a não ser que ele omitiu a verdade, numa entrevista dada a esse jornal que nós temos.

Agradeço o encaminhamento por parte do ilustre Líder, da bancada majoritária, no entanto, me permito dizer que não teve esse caráter político mas sim o caráter de preocupação quanto às possíveis consequências de não ter havida a comunicação prévia de que lá estariam, porque aí que foi a interpretação duvidosa dos próprios organizadores e a indignação dos agricultores.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, gostaria apenas para encaminhar dizer de que não foi aquela a primeira reunião que saiu neste caráter ou deste tipo, já houve duas reuniões promovidas pela Comissão Pastoral da Terra, onde não ocorreu desordem nenhuma. Houve também anteriormente já uma reunião promovida por esta mesma comissão e a comissão organizada pelos bispos, diga-se pelos bispos, pelos padres e pastores de nossa Igreja, e, pelo fato de ser organizada pelos bispos, creio eu que deveriam estes Srs. religiosos ter o crédito do Governo ou ter o crédito da Polícia, de que eles não estão propícios a desencadear desordens.

Por isto, acredito que a resposta feita da tribuna não me é satisfatória e voto favorável. Gostaria que o Secretário da Segurança apresentasse, a nós, uma justificativa bem melhor do que aquela.

Muito obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação o requerimento.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Novamente nós entendemos, pelos debates, que se procurou dar apenas um lado da versão, um lado da história.

O Deputado Erondy Silvério, Líder incontestado de nossa bancada, trouxe quase que a resposta pretendida no requerimento formulado.

Mas, em consequência dos debates, com aquiescência de apoio pela bancada majoritária, ou seja, de nossa bancada, ainda mesmo assim, alguns dos Srs. Deputados houveram por bem encaminhar e trazer fatos novos, fatos de que nos parece não condizem realmente com a verdade.

Se, na realidade, foi feito este movimento, foi efetivado, ele realizou-se no Município de Medianeira, se a Secretaria da Segurança houve por bem determinar um policiamento não ostensivo, como pretendem qualificar os Srs. Deputados do MDB que encaminharam.

Mas um policiamento apenas para dar mais "status", dar mais segurança àquele movimento que se pretendia fazer através da Comissão Pastoral da Terra, lá de Medianeira.

Pois bem, Srs. Deputados, perguntaria agora, aos mesmos Srs. Deputados: se a Secretaria mandou apenas onze homens, onze praças, um aspirante a oficial, para um policiamento, não ostensivo, como pretendem os Srs. Deputados da Oposição, mas sim, preventivo. Um policiamento preventivo. E aí para a minha pergunta que desejava fazer: o que seria de onze homens, na frente de mil? O que representaria esses onze homens, no movimento, aonde compareceram novecentas e cinquenta pessoas?

Pois Bem, Srs. Deputados, aí fica evidenciado e caracterizado, a intenção da Secretaria da Segurança, de ter mandado este policiamento preventivo e não ostensivo. E nós não aceitamos, de maneira nenhuma, jamais este termo dos nobres Deputados da Oposição, quanto ao policiamento que se deslocou para Medianeira, em virtude daquele movimento.

Então, entendemos, Srs. Deputados, que realmente, o Governo, o órgão competente, a Secretaria da Segurança, houve por bem, determinar que se deslocasse para Medianeira, onze homens para dar também, a segurança e a garantia ao movimento, para qualquer outra medida ostensiva. E isto aconteceu, os Srs. Deputados sabem melhor do que eu. Com a presença destes onze policiais. Apenas onze, não eram mil policiais que lá estavam; era apenas onze que não representa

nada, para um número de novecentas e cinquenta pessoas que era o movimento da Comissão Pastoral.

Então entendemos, e não concordamos, com esta afirmativa dos Senhores.

E entendemos também que o movimento como este, não se pode prejudicar as consequências que poderiam advir; porque aonde estão presente mil pessoas, não se sabe, no meio delas, quantas têm outra intenção ou seja a intenção de tornar aquele movimento de uma agressão, de uma invasão do próprio Banco do Brasil, que foi o motivo da reunião.

Então, Srs. Deputados, nós, que já temos oendosso, que já temos a palavra do nosso Líder, para que devamos apoiar o requerimento em tela; nós vamos apoiá-lo, não tenho dúvidas disso.

Mas, não concordamos, não concordamos que o Governo e a Secretaria de Estado, saia daqui maculada.

Nós queremos é que a Secretaria e o Governo do Estado do Paraná, a Secretaria da Segurança, saia desta questão, deste movimento, engrandecido, porque tomou as medidas cabíveis e necessárias, e cautelosas, principalmente neste episódio.

E oxalá, Srs. Deputados, se em cada movimento deste a Secretaria da Segurança, através de seu titular, o Coronel Haroldo Dias, que vem demonstrando já no início da sua gestão, a capacidade, o raciocínio, a inteligência e a eficácia nas suas decisões. Oxalá que em outras ocasiões, o mesmo Secretário, Coronel Haroldo Dias, haja desta maneira, com a mesma prudência e com a mesma inteligência. Porque, talvez, se a sua atitude fosse outra, aquele movimento poderia se agravar; e não seria da nossa vontade.

Também referiu-se o Deputado Deni Schwartz, que hoje se encontra aí à solta, os donos da FRIMESA, Eu digo ao Deputado Deni: cabe a culpa a nós? Cabe a culpa ao Governo? Cabe a culpa à Secretaria da Segurança, porque eles estão à solta? Por que eles estão na Rua das Flores? O Deputado sabe que não.

Ele conhece, ele entende, mas foi à tribuna culpar o Governo por mais esta medida judicial.

E o que temos nós a nos envolver? Quem somos nós para tomarmos aqui medidas que envolvam o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que é um poder competente para essas decisões, e é ele que tem que decidir, e que decidirá sempre essas medidas judiciais.

Esse pedido de "Habeas corpus" quem vai decidir é o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

E eu deixo aqui, Sr. Deputado Deni Schwartz, o meu voto de confiança, a minha solidariedade ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná que tem sempre se conduzido da melhor maneira, que tem sempre...

O SR. PRESIDENTE — A Mesa lamenta profundamente, mas informa ao ilustre Deputado que Vossa Excelência tem um minuto para conclusão de seu pronunciamento.

O SR. JURANDIR MESSIAS — E oxalá, Sr. Deputado Deni, que o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná continue nesta trilha, decidindo sempre com honestidade, decidindo sempre, folheando as pautas dos processos, para que amanhã não se repita, para que amanhã não volte um Deputado a esta tribuna, e indiretamente, culpe o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, como pretenderam culpar o Governo e a Secretaria da Segurança do Estado do Paraná.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Parece que se faz uma tempestade num copo d'água. O nobre Deputado Nelson fez um requerimento pedindo infor-



mações. Bastante justo o requerimento. Não sabia porque e fez o pedido de informações.

O nosso Líder Erondy Silvério vai à tribuna, presta os esclarecimentos, dizendo que foi uma medida preventiva, porque quando se soube de uma reunião que se realizava em Medianeira, não sabia o Diretor da Polícia Civil o desfecho que poderia ter; não sabia nem o que seria tratado.

Um grande número de pessoas determina a policiais que vá para a cidade de Medianeira, não à reunião, não para interditar, para pressionar ou para criar qualquer problema. Realizou-se a reunião, pacífica; nada houve.

Agora, eu vejo, em seguida falou o Deputado Deni Schwartz, que colocou muito bem a posição, de que conhece profundamente o assunto.

Mas, em seguida, vem o Deputado Gernote Kirinus dizer que não concorda com a informação prestada pelo eminente Líder. Então, não temos saída: se corre, o bicho pega, se não corre, o bicho come.

Se não manda a Polícia, e acontece qualquer coisa, seria responsabilizada a falta de segurança na cidade; se nada aconteceu, também está sendo responsabilizada.

o Não sei o que há de errado nesta medida. Mas, quero cumprimentar os trabalhadores de Medianeira, que lá se reuniram pacificamente, revendo seus direitos com justiça, porque não é só o MDB, mas todos nós defendemos os interesses dos agricultores, porque é um absurdo as notas promissórias rurais, e já está sendo prometido pelo Secretário da Agricultura, pelo Ministério da Agricultura, pelo Presidente do Banco do Estado. Claro que esta solução não se resolve assim tão rápido. Mas, tenho certeza que uma solução virá. Porque, quando há o pronunciamento de todos esses homens públicos, temos certeza que essa situação será solucionada.

Estamos ao lado desses trabalhadores. Mas, quero deixar clara a posição da Polícia que, quando vai em boa hora, vai garantir a paz, a tranquilidade daqueles trabalhadores, e é isso que eles querem.

Não vejo porque incriminar a Polícia. A resposta virá e será nos termos como informou o nosso eminente Líder. E será votado o requerimento. O pedido do nobre Deputado Nelson Friedrich é justo, louvo a atitude de Sua Excelência.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Continua em votação.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Para encaminhar a votação)

Sr. Presidente, estamos aqui acompanhando a atitude dos ilustres componentes da bancada do MDB, acompanhando a orientação da Liderança de nossa bancada.

E por uma feliz coincidência, estávamos presentes, na Secretaria da Segurança, quando o ilustre Secretário, um homem digno que está dirigindo a Segurança de nosso Estado, havia comunicado o pessoal daquela cidade onde se reuniram os colonos que haviam sido lesados pelas firmas compradoras, estavam sendo coagidos a pagar o aval das notas promissórias. A polícia unicamente fez garantir a paz, a tranquilidade daquela cidade progressista do oeste paranaense.

Votaríamos contra o requerimento, mas com o apelo, com a solicitação de nosso Líder - e como somos soldados de nossa bancada - vamos votar a favor, seguimos a orientação de nosso Líder, Deputado Erondy Silvério.

Mas, não vejo razão, Srs. Deputados, que o Governador do Estado, o Secretário da Segurança, sejam atacados, quando os policiais estavam lá simplesmente garantindo a paz dos familiares daquela comuna.

Eles estavam lá apenas para garantir a tranquilidade e para que os inocentes úteis não se envolvessem em tumulto de proporções maiores.

E como disse o nobre Deputado Jurandir Messias, os onze policiais que estavam lá, estavam equidistantes da reunião, estavam apenas garantindo a tranquilidade, para que não houvesse quebra-quebra de alguns que querem tumultuar o panorama pacífico, honesto e ordeiro do Paraná.

Vou votar a favor do requerimento apenas por solicitação de meu Líder.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação.—

Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Indústria e Comércio, no sentido de que se inclua o Município de Campo Mourão, que é sede da Micro Região da CON-CAM, no Programa de Descentralização Industrial, como Polo Industrial Regional.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 16, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

- 3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 24/77 e 06/78 e dos Projetos de Resolução n.ºs 25, 27, 30, 31 e 33/79.
- 2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 124/78, 11, 15, 22, 36 e 40/79.
- 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 45/79 e dos Projetos de Resolução n.ºs 26, 28, 29, 34, 36 e 37/79.

Levanta-se a sessão.